



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Querença/Tôr/ Benafim);-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins);-----

1 Deputado Municipal Independente- Fernando Domingos dos Santos;-----

Também estiveram presentes os senhores Vereadores, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias e José Graça.-----

Faltaram, o senhor Presidente da Câmara Municipal e os senhores Vereadores, Abílio Sousa e Horácio Correia da Piedade.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os Deputados Municipais do PS, Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Manuel Vitorino Correia Inácio.-----

O Deputado António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Adriano Costa Cabrita.-----

O Deputado José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Paulo Manuel Cavaco Nogueira.-----

O Deputado Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqeime), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Nuno Tiago Sousa Trindade.-----

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Luis Manuel Amélio Pinguinha.-----

Os Deputados Municipais do PSD, Duarte José de Sousa Duarte, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Deputado Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Francisco André Pereira Rodrigues.-----

Apresentou pedido de **Renúncia de Mandato**, a deputada SÉrgia Maria Vicente Coelho Medeiros, que é substituída pelo deputado Duarte José de Sousa Duarte, como membro efetivo e que tomará posse na próxima sessão no mês de Setembro.-----

Faltaram, sem ter apresentado justificação:-----

Os deputados Municipais do PS, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos e Maria Esteves Ferreira Lourenço.-----

Para coadjuvar os trabalhos na mesa nas funções de 1ª **Secretária**, foi solicitada a colaboração da senhora deputada Joana Guerreiro da Conceição.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

- 1- *Intervenção do Público*;-----
- 2- *Aprovação de Atas*;-----
- 3- *Informação sobre Expediente e Requerimentos*;-----
- 4- *Período de Antes da Ordem do Dia*;-----
- 5- *Moções*;-----
- 6- *Período da Ordem do Dia*;-----

a)- Proposta 25/2019- Deliberação relativa à Proposta à Assembleia Municipal para que Delibere Designar o Autarca de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei 202/2004 de 18 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 201/2005, de 24 de novembro, 159/2008, de 8 de agosto, 9/2009, de 9 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, 81/2013, de 14 de junho, 167/2015, de 21 de agosto, 24/2018, de 11 de abril este Conselho tem um vogal autarca de freguesia, eleito em Assembleia Municipal: [Proposta da Câmara Municipal n.º 254-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

b)- Proposta 27/2019- Deliberação relativa à Proposta de Revogação do Plano Pormenor de Loulé Sul (PPLS) e submeter à Aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º, por remissão do n.º 3 do artigo 127.º, ambos do RJIGT; [Proposta da Câmara Municipal n.º 652-2019];-----

c)- Apreciação da Informação relativa à Unidade de Execução - Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente; [Proposta da Câmara Municipal n.º 765-2019];-----

d)- Apreciação da Informação relativa à Revogação do Procedimento de Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Loulé (PUCL); [Proposta da Câmara Municipal n.º 702-2019];-----

e)- Apreciação da Informação relativa à Conclusão do Procedimento de Classificação do Solar no Topo da Rua Sacadura Cabral como Monumento de Interesse Municipal; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1997-2018];-----

f)- Apreciação da Informação relativa à Aprovação do Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2019/2020 do Município de Loulé, no valor 2.680.396,70€; [Proposta da Câmara Municipal n.º 864-2019];-----

g)- Apreciação da Informação relativa à Adjudicação da Concessão de Exploração da Cafetaria da Biblioteca Municipal de Loulé "Sophia de Mello Breyner Andresen" - Aprovar a Adjudicação e a Minuta do Contrato, nomear o Gestor de Contrato e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento; [Proposta da Câmara Municipal n.º 875-2019];-----

h)- Proposta 38/2019- Deliberação relativa à Composição de Júri para Procedimento Concursal, para Cargos de Direção de 1.º grau, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1001-2019];-----

A)- Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social e Saúde;

B)- Diretor de Departamento de Desporto;

C)- Diretor de Departamento de Educação e Juventude;

D)- Diretor de Departamento Jurídico-Administrativo;



HC



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

i)- Proposta 39/2019- Deliberação relativa à Composição de Júri para Procedimento Concursal, para Cargos de Direção Intermédia de 2.º grau, nos termos do disposto no artigo 13.º n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1002-2019];-----

- A)- Chefe de Divisão das Tarifas e Património;**
- B)- Chefe de Divisão de Ambiente;**
- C)- Chefe de Divisão de Arquivo e Documentação;**
- D)- Chefe de Divisão de Associativismo e Eventos Desportivos;**
- E)- Chefe de Divisão de Biblioteca;**
- F)- Chefe de Divisão de Conservação e Manutenção do Edificado;**
- G)- Chefe de Divisão de Gestão de Habitação Municipal;**
- H)- Chefe de Divisão de Gestão de Infraestruturas Desportivas;**
- I)- Chefe de Divisão de Gestão de Projetos, Mobilidade, Edifícios e Energia;**
- J)- Chefe de Divisão de Gestão do Parque e da Rede Escolar;**
- K)- Chefe de Divisão de Sistemas de Informação Geográfica;**
- L)- Chefe de Divisão de Educação, Juventude e Projetos;**
- M)- Chefe de Divisão Jurídica;**
- N)- Chefe do Gabinete de Apoio às Freguesias (equiparado a dirigente intermédio de 2.º grau);**
- O)- Chefe do Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade (equiparado a dirigente intermédio de 2.º grau);**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

P)- Chefe do Gabinete de Organização de Eventos (equiparado a dirigente intermédio de 2.º grau);-----

j)- Proposta 40/2019- Deliberação relativa à Composição de Júri para Procedimento Concursal, para Cargos de Direção Intermédia de 3.º grau, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1004-2019];-----

A)- Chefe da Unidade Operacional de Contraordenações;

B)- Chefe da Unidade Operacional de Edificação e Fiscalização Sucessiva;

C)- Chefe da Unidade Operacional de Gestão de Candidaturas;

k)- Proposta 41/2019- Deliberação relativa à Proposta de Alteração do Regulamento das Hortas Sociais de Loulé (Regulamento n.º 110/2012, de 08/03 - DR, 2.ª Série, n.º 49), ao abrigo do artigo 241.º, conjugado com o n.º 7, do artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 136.º do Código do Procedimento Administrativo, e nos termos do disposto nas alíneas k) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com o vertido nas alíneas d), h) e k) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atualizada e posterior discussão pública; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1027-2019];-----

Passou-se ao primeiro ponto da OT;-----

1-Intervenção do Público;-----

Começou por usar da palavra o cidadão **Ângelo Nogueira Cruz**, que disse estar aqui em representação dos seus pais, a sua mãe, de nome Adélia Nogueira Madeira, é proprietária de um prédio urbano situado no Barranco de Apra, Freguesia de S. Clemente, prédio esse que confronta a nascente com outro proprietário, a Norte, Sul e Poente com caminho, e que por caricatura que pareça não tem acesso por viatura. O imóvel fica a cerca de 20 m de distancia de uma estrada de alcatrão, não tem possibilidade de ligação com a mesma, sendo que os caminhos foram feitos há muitos anos para a passagem de pessoas e animais de carga. Em 2002, o confrontante do lado nascente, substituiu o valado de pedra que ladeava o caminho por um muro de betão, o qual veio estreitar ainda mais a possível ligação entre a estrada e o referido prédio. Posteriormente o vizinho da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

frente, que se encontra do lado oposto ao caminho, betonou uma parte do caminho, colocando uma rede de vedação à volta da betonagem, ficando o caminho que tinha 3 m de largura, ficou reduzido a menos de 2 m. Em Setembro de 2002, foi entregue nos serviços de fiscalização deste município, uma reclamação destas 2 situações, sem que até à data tenha sido tomada qualquer ação.-----

Durante estes 17 anos, a sua mãe deslocou-se por várias vezes aos serviços, questionando sobre esta reclamação, obtendo a resposta que a mesma estaria na eminência de ser analisada, tendo a última resposta sido dada há cerca de 2 meses. Neste momento a casa encontra-se com necessidade urgente de obras de manutenção, sem que se possa lá fazer chegar qualquer tipo de material. Cada vez que necessita de ir à habitação, a viatura tem que ficar a obstruir a via pública, uma vez que não existe a menor hipótese de a estacionar fora da mesma. Recentemente já em 2019, foi beneficiado outro caminho a 200 m de distância para servir outros moradores, o qual foi alargado e asfaltado.-----

Questionou sobre quando pode esta situação ser resolvida e que diligências deve tomar para poder ter o acesso à casa, que permita a passagem de viaturas, como todo e qualquer cidadão na zona e como a vida quotidiana atualmente nos obriga.--

Em seguida foi dada a palavra ao cidadão Bruno Silva, que disse estar aqui em representação da mãe, Maria Catarina Gonçalves da Silva Rosa, funcionária da Câmara Municipal de Loulé, e que teve um acidente de trabalho a 15 de Agosto de 2015, que resultou de uma incapacidade permanente de 12%, que teve lugar a uma indemnização, mas que a Câmara Municipal, não aceitou restituí-la. Este pedido ao não ser aprovado, foi solicitado posteriormente um parecer ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, que resultou num despacho, o qual citou "...naquele acórdão, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, secundário pelo TCA sul, considerou ilegal, a suspensão do recebimento daquela pensão, tendo ordenado às entidades patronais, neste caso o município, a entregar de imediato o valor da pensão atribuída".-----

Pretende desta forma, que a pensão lhe seja restituída, porque resultante dessa incapacidade a sua mãe perdeu alguma qualidade de vida, tem um membro que não está a 100% funcional com imensas complicações e dores.-----

Com a indemnização que lhe é devida, vai ser possível efetuar tratamentos alternativos e se a indemnização for restituída apenas no período após a reforma como é pretendido pela Câmara, poder-se-ão verificar outras complicações a nível futuro.-----

Solicitou a compreensão de todos para esta situação.-----

Disse ainda ter para entrega os anexos dos comprovativos destes documentos, que fundamentaram a sua intervenção.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Depois foi dada a palavra a cidadã **Dina Correia**, que disse o assunto que a trouxe aqui ser a Unidade de Execução, a variante Norte de Loulé, que liga a rotunda do Cilindro à Rotunda do Centro de Saúde, é uma das obras mais aguardadas e prometidas e adiadas do concelho de Loulé. Há 2 anos o Executivo, assumiu este compromisso eleitoral de construir este troço da Circular até final do mandato.-----

Referiu uma citação do senhor Presidente da Câmara Municipal, onde dizia "...o novo troço da Circular, vai ajudar Loulé a tornar-se ainda mais competitiva no contexto das cidades do Algarve."-----

Questionou porque não avança o município com a sua construção, em vez de persuadir os donos de 31 parcelas de terreno, concordem com a alternativa encontrada para resolver uma promessa que não sai do papel.-----

Com esta alternativa encontrada, onde se prevê a construção de uma via de 21,5 m de largura, com a possibilidade de circular a 50 km hora, que passa pelo aglomerado e que sem fundamentação nenhuma, parte ao meio todas as parcelas de terreno por onde passam, além de obrigar os proprietários a cederem os seus terrenos, ainda têm estes de financiar as infraestruturas desta enorme via para lotes de moradias a construir oportunamente. Não é justo obrigar os 31 proprietários destas parcelas de terreno, a financiarem a construção de uma via que é para todos e que as Unidades de Execução não servem para construção de eixos viários.-----

Questionou qual a utilidade pública que fundamente a eventual expropriação destes terrenos respeitantes à urbanização adjacente. Qual o objetivo de construir lotes de moradias.?-----

Os terrenos são desvalorizados à partida, para o caso da Câmara ter de os adquirir e os particulares participam num eixo viário e infraestruturas de uma via que vai servir a cidade e a Câmara ainda vai lucrar com esta operação. Os proprietários sentem-se revoltados, com um processo em que não lhes é pedido consentimento, espoliados dos seus bens, em prol de uma proposta insuficiente.-- Disse ainda que querem fazer crer que esta via não constitui uma alternativa à variante Norte e como se explica que tendo as duas a mesma saída, não esteja assinalado na planta da proposta, nem previsto o traçado o acesso à rotunda de Querença? Considera um contrassenso se dizer querer abrir uma frente de cidade, quando uma via urbanizada apenas de um lado, tem o efeito oposto à contenção. Quando se quer abrir uma frente de cidade, não se urbaniza uma via apenas de um lado, as infraestruturas que se pretendem, sejam financiadas pelos privados, estão confinadas a esta reduzida área e nem sequer servirão frentes futuras de urbanizações nos próprios terrenos de modo a serem rentabilizados. - De toda a análise processual desta operação, a Câmara quer ainda fazer crer aos proprietários da sua transparência e bondade, sonogando informação vital para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

avaliação da proposta sem dar fundamentação ou justificação para tal. Deste modo os pequenos proprietários são forçados a entrar num negócio onde a autarquia, decide unilateralmente sobre as questões que apresenta.-----

Disse ainda que a Câmara recebeu já as pronúncias contra esta Unidade de Execução de 19 parcelas e 2 parcelas que pretendiam assinar as pronúncias contra, não o conseguiram fazer por dificuldades técnicas. De 31 parcelas, 21 são declaradamente contra! Não estão contra a estrada, mas sim contra a forma como está a ser proposta para executar.-----

Usou da palavra o cidadão **João Silvestre**, que baseou a sua intervenção na continuação do que foi dito numa anterior reunião, que espera uma resposta que aguarda por parte da senhora Vereadora **Heloísa Madeira**, se de facto a delimitação do espaço que vem na proposta, é apenas aquele e mais nenhum.-----

Disse ainda que os proprietários não estão contra uma Unidade de Execução para ali, mas sim, contra a proposta que a Câmara apresentou. A Câmara com o consenso dos proprietários, podem ambos propor Unidades de Execução e neste caso não houve esse consenso, essa auscultação para a constituição desta proposta. Referiu que toda a gente está disposta a executar uma Unidade de Execução, a promover o progresso da cidade, mas que não é aquela proposta.-----
Está-se a castrar os interesses dos proprietários, as expetativas das pessoas e a criar vazios urbanos em zonas que nunca poderão ser aproveitadas, como espaços verdes, parques infantis e não se está a aproveitar bem aquele espaço.-----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, para responder às questões solicitadas pelos cidadãos intervenientes.-----

Concretamente em relação às intervenções dos munícipes **Ângelo Cruz** e **Bruno Silva**, pediu que pudessem facultar o documento de suporte da sua intervenção, para poder identificar o sítio e o processo, para poder ser analisado da melhor forma e poder obter as respostas ao que questionaram.-----

Sobre a questão da munícipe **Dina Correia** em relação à Unidade de Execução, referiu que a Circular Norte muito brevemente será aprovado um projeto já revisto, e depois será lançado o concurso para o mesmo, tratando-se de uma obra já há muito desejada para o concelho de Loulé. Durante todo este tempo tem havido alguma burocracia, proveniente dos procedimentos de contratação pública, mas que dentro de pouco tempo, será dado o início à obra.-----

Para complementar os esclarecimentos às questões colocadas pelos munícipes, foi cedida a palavra à Senhora Vereadora **Heloísa Madeira**, que referiu que relativamente à Unidade de Execução, são extemporâneas, porque neste momento estamos em fase de ponderação de todas as participações que tiveram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

lugar. Foram muitas, bem organizadas, bem estruturadas e como tal vão ser ponderadas e levadas em conta na proposta final que irá ser apresentada.-----

Trata-se de uma proposta de delimitação, com os contributos dos cidadãos e com os anseios, tentar-se-á melhorar a mesma na medida do possível, não desvirtuando as opções que nela estão implícitas, que é a criação de uma nova frente urbana para a cidade de Loulé, com a construção de uma via que liga 2 pontos muito importantes da cidade, permitindo o seu desenvolvimento.-----

Houve uma forte participação durante o período de discussão pública, que levou a uma prorrogação do período de discussão pública, durante o qual houve mais participações, onde houve reuniões particulares com os munícipes. Todas as participações escritas, vão ser tidas em conta no sentido de melhorar o mais possível a proposta, no esforço de ir ao encontro das expectativas dos proprietários.-----

Este período de ponderação vai ser um bocado mais prolongado, prevendo-se que decorrerá até aos finais do mês de Agosto/Setembro, porque estamos num período de férias dos técnicos e não é fácil articular todas as áreas para a devida ponderação destes contributos.-----

Passou-se ao 2 ponto da Ordem de Trabalhos;-----

2- Aprovação de Atas;-----

A Senhora Presidente, colocou as 3 Atas que estavam para votação;-----

A Ata n.º2/2019 (Sessão Ordinária de 22 de Fevereiro de 2019), foi aprovada por unanimidade.-----

A Ata n.º3/2019 (continuação da Sessão Ordinária de 22 de Fevereiro realizada a 26 de Fevereiro 2019), foi aprovada por unanimidade.-----

A Ata n.º6/2019 (Sessão Ordinária de 30 de Abril 2019), foi aprovada por unanimidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

3- Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

Neste ponto a Senhora Presidente, referiu duas informações, uma sobre a Moção remetida pela Assembleia de Freguesia de Almancil, sobre a melhoria dos serviços prestados pelos CTT, que deu entrada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, no dia 9 de Julho de 2019, a outra, que os Senhores Deputados já deviam ter tido conhecimento, sobre a resposta dada pelos



Handwritten initials and a circular stamp with a signature over it.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Serviços Camarários, ao requerimento feito pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), sobre os Despachos de Nomeação dos Júris de Procedimentos Concursais.-----

Entretanto, disse que gostaria de informar que houve uma baixa de última hora, e que gostaria de propor, ou melhor, pedir e perguntar aos Senhores Deputados, se têm algum problema em relação a isto, porque temos um pedido de substituição de última hora, por causa de um imprevisto do Senhor Deputado, da Bancada do PS, o Deputado Joaquim Vairinhos, que está a ser substituído, hoje, desta forma imediata, e agora, pelo Senhor Deputado Marco Ferreira (PS), questionando os restantes Senhores Deputados se haveria, ou não, oposição sobre esta substituição de última hora.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), questionando a Senhora Presidente, se o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), comunicou por escrito, a sua ausência nesta Sessão.-----

A Senhora Presidente, informou que o Senhor Deputado do PS comunicou de forma eletrónica, e que não deu entrada ainda, porque foi um imprevisto de última hora, e por isso é que está a por à consideração dos Senhores Deputados esta substituição.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), e dirigindo-se à Senhora Presidente, em exercício, pediu para lhe explicar melhor o que é esta comunicação feita eletronicamente, porque não está a entender.-----

Em resposta, a Senhora Presidente disse que esta informação chegou através de um correio eletrónico, e que será depois formalizada, e por isto é que está a colocar esta informação à consideração dos Senhores Deputados, se há algum impedimento, porque daquilo que tem conhecimento, é a primeira vez que acontece, mas também acontecem imprevistos de última hora, portanto, se os Senhores Deputados não se opuserem, sim.-----

Também pediu a palavra o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), dizendo que quanto a esta questão em concreto, a Bancada do PSD não tem nada a obstar, tem a obstar sim, à forma como foi feito, porque o Senhor Deputado (PS) que veio substituir o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), sentou-se na Bancada sem alguma determinação prévia por parte da Senhora Presidente em exercício, pensando que o processo não terá sido o mais correto, e por essa razão, embora o PSD não tenha nenhum obstáculo à presença do Senhor Deputado (PS) substituto, mas sempre com a anuência, e com a autorização da Senhora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Presidente em exercício, para que pudesse ocupar a posição de substituto do Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS).-----

De seguida pediu a palavra o Senhor Deputado Fernando Santos (Independente), dizendo que não tem nada a objetar, só que, como já está habituado, quer que isto sirva de memória para o futuro.-----

Pediu novamente a palavra o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), dizendo que a sua pergunta foi concreta, chegou aos Serviços da Assembleia essa informação?-----

A Senhora Presidente disse, que chegou uma informação, agora, durante o decorrer dos trabalhos, e que ainda nem sequer teve tempo de ver, o email da Assembleia Municipal, ao qual não tem acesso direto, pois quem tem acesso direto, é o Senhor Presidente, Professor Adriano Pimpão, portanto, chegou-lhe a informação e por isso, decidiu por isto à consideração dos Senhores Deputados.--

Interveio o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), dizendo que a opinião do Bloco de Esquerda, é que esta substituição não deve ser aceite, porquê? porque os pedidos de substituição dos membros desta Assembleia, fazem-se antes do início dos trabalhos, ponto n.º 1, 2.º ponto, não chegou aos Serviços da Assembleia Municipal, atempadamente, o pedido de substituição, portanto, no seu entender, o PS teve tempo mais do que suficiente, o BE não se opõe a nada, mas o PS teve tempo, mais do que suficiente, para proceder à substituição e não é agora que o Senhor Deputado Marco Ferreira (PS), se vai sentar-se, sem a devida autorização da Assembleia Municipal, no lugar que não é dele, como tal, na opinião do BE, esta substituição não deve ser aceite, porque isto abre um pressuposto, que de um momento para o outro, chega aqui um Deputado, que não pode vir, mas também não comunicou, e apresenta-se outro, senta-se na mesa e acabou-se, isto no seu entender é um precedente grave, se se abrir.-----

A Senhora Presidente, disse que compreendia a posição do Senhor Deputado Carlos Martins (BE), e que foi por essa informação, e daquilo que tem experiência, tem a noção de que é a primeira vez que isto acontece, e pela informação que lhe chegou agora, imediata, foi uma situação de última hora, e por isso, decidiu por à consideração desta Assembleia.-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Costa (PS), dizendo que o Senhor Deputado Marco Ferreira (PS), sentou-se na Bancada do PS, a seu pedido, porque o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), não conseguiu fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

chegar, no período regimental, o pedido de substituição, porque pensava vir, mas aconteceu-lhe uma situação imprevista, e como líder da Bancada do PS, assume este ato, porque efetivamente o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS) não conseguiu a tempo justificar, foi de forma imprevisível, e de maneira que, este lugar fica dispensado e ficará sem ocupação.-----

Foi também dada a palavra ao Senhor Deputado António Farrajota (CDS), dizendo que o CDS não tem nada a opor, no entanto, condena a cronologia do acontecimento, e mencionou para memória futura, que talvez tenha havido alguma precipitação.-----

Também pediu a palavra o Senhor Deputado Fernando Santos (Independente), dizendo que não se opunha a esta situação, mas que esta ficasse para memória, mas quando ouve alguém dizer, "eu convidei alguém", pergunta com que direito? Porque isto, é falta de respeito pelos outros Deputados, lamentando esta situação, e por isso é que pergunta à Senhora Presidente, com que direito é que o Senhor Deputado Carlos Costa (PS), convidou alguém para vir no lugar do outro.--

Seguidamente, a Senhora Presidente disse que iria tomar a decisão, visto também, que o Senhor Deputado Marco Ferreira (PS) já saiu da Bancada, e que não pensou que esta situação fosse um problema, porque pode acontecer a todos os Deputados, um imprevisto, e como esta noite registamos várias situações, e como já referiu anteriormente, esta informação chegou-lhe durante o decorrer dos trabalhos, não tendo conseguido verificar, se efetivamente chegou algum pedido, mas confia na palavra dos Senhores Deputados, daqueles que lhe passaram a informação, portanto, não será substituído o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), nesta situação.-----

Pedi também a palavra a Senhora Deputada Helena Baptista (PS), dizendo que de facto esta situação não foi correta, mas que também não se sabem as circunstâncias, e dirigindo-se à Senhora Presidente, disse que não se deve tomar uma decisão por si, mas sobre todas as pessoas presentes, de todas as Bancadas, e como lhe pareceu, que a Senhora Presidente ia dizer já que o Senhor Deputado Marco Ferreira (PS), não se iria sentar no lugar do Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), pediu-lhe para colocar esta situação à consideração de toda a Assembleia, para se ver se tem ou não tem, a adesão de todos, relativamente ao facto do Senhor Deputado Marco Ferreira (PS) estar presente, enquanto Deputado, nesta Sessão.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

De seguida a Senhora Presidente, disse que gostaria de esclarecer, que viu o Senhor Deputado Marco Ferreira (PS) sair da Bancada, e deduziu que o Senhor Deputado, e por isso é que fez a afirmação que fez, que não iria tomar o lugar do Senhor Deputado, e o líder da Bancada também deu a entender isso.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Fernando Santos (Independente), dizendo que não tem objeção nenhuma que o Deputado Marco Ferreira (PS), esteja presente, mas votação não, por favor, com que base?-----

Interveio também o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), invocando o Regimento, referiu que alterações à ordem do dia, ou neste momento, às substituições, tem que ser com uma maioria qualificada de 2 terços, a qual no seu entender, não vai acolher a intenção da Senhora Deputada Helena Baptista (PS).-----

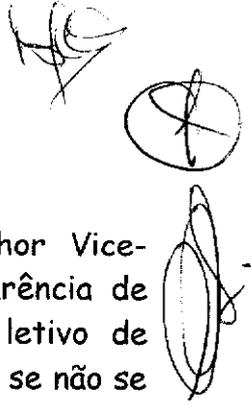
Foi dada novamente a palavra o Senhor Deputado Carlos Costa (PS), dizendo que já se penalizou pelo facto de ter cometido esta inconformidade, não é uma ilegalidade porque têm Deputados eleitos, o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos, não conseguiu a tempo, justificar, e como líder, tomou aquela iniciativa, e resolvia a questão, mas de qualquer forma o problema já está resolvido, e o lugar ficará vago, de acordo com o Regimento.-----

De seguida a Senhora Presidente, disse que se podia prosseguir com os trabalhos, porque temos uma longa lista na nossa agenda, para esta noite, o que se passou foi um pequeno incidente, mas já foram pedidas as desculpas, foi uma coisa inédita, e que acredita que nunca tenha acontecido, e se os Senhores Deputados concordarem, deve-se passar ao ponto seguinte.-----

Dando continuidade aos trabalhos, passou-se ao ponto seguinte:-----

4- Período de Antes da Ordem do Dia;-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), dizendo que a Bancada do PSD, fez nos últimos meses um périplo pelos estabelecimentos escolares do Município de Loulé, e notou alguns indicadores que quer transmitir ao Executivo Camarário, neste caso ao Senhor Vice-Presidente, em substituição do Senhor Presidente da Câmara, começando por referir que notaram com agrado de que alguns indicadores, nomeadamente os de manutenção dos edifícios, que são da responsabilidade da Câmara, têm dado uma resposta adequada às solicitações das Escolas, os rácios em termos de Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais, face ao número de alunos, são bons, contudo, foram notados alguns



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

constrangimentos, que o PSD deixa aqui à consideração do Senhor Vice-Presidente, nomeadamente, que existe em fase pré-escolar, uma carência de cerca de 200 crianças, que ficaram em lista de espera no ano letivo de 2018/2019, e este ano esse número rondará já perto das 300 crianças, se não se exceder este número, há a necessidade de uma Escola EB 1,2,3 em Quarteira, também o Pavilhão Gimnodesportivo da Escola de D. Dinis, nesta nova remodelação/edificação da Escola, não foi contemplado, lembrando que se trata também de um instrumento necessário para os alunos, também na Escola Secundária Laura Ayres, tem graves problemas de esgotos, canalizações, fibrocimento nos telhados, o Pavilhão Gimnodesportivo está fora do recinto escolar, em que as crianças deslocam-se cerca de 300 a 400 metros fora do recinto escolar, sem qualquer controle por parte das Funcionárias da Escola, o que implica na realidade um risco sério de acidentes para as crianças, como tal, é importante equacionar a possibilidade de um Pavilhão Gimnodesportivo dentro da Escola, a Escola de Almancil, tem cerca de 30 anos, necessita também de obras gerais, especialmente nas cozinhas e balneários, a Escola Padre Cabanita, em Loulé, necessita de uma plataforma elevatória, que não tem, e é urgente e necessário a construção de uma Escola Básica Integrada, na Freguesia de S. Clemente, um pré-escolar, um 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclos. Apesar de registar com agrado os fatores positivos, deixa aqui esta nota por alguns fatores que ainda não conseguiram ser respondidos pelo Executivo, e outros, que não sendo possível executá-los por parte do Município, mas sendo o Governo atual, de maioria do Partido Socialista, seria importante, pela proximidade que este Executivo tem com o Governo, indicar estes problemas, para que no futuro sejam resolvidos.----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, **Telmo Pinto**, dizendo que gostaria de fazer uma proposta, da parte do Executivo da Junta de Freguesia de Quarteira, e que a época alta banhar em Quarteira começou, e que há pequenas coisas que se podem fazer, e sobre a frente mar de Quarteira, nomeadamente a praia e a avenida, referindo que existem uma quantidade de ações que foram feitas no passado, e foram melhoradas, mas que existe uma hipótese que temos que agarrar, disponibilizando-se, juntamente com o Executivo da Junta, para trabalhar em conjunto com a Câmara, e mostrar com pequenas coisas, mais mobilidade, mais condições, mais acesso para todos, dando exemplos, de mais chuveiros, melhorar os rodapés, a mobilidade nos passadiços, e na avenida, na frente mar, regularizar o acesso dos veículos pesados ao calçadão, criar zonas onde as bicicletas possam circular, zonas que sejam definidas fisicamente, e que possam deixar em segurança todos os que circulem de bicicletas, mais iluminação. Pode-se mostrar com pequenas ações, que não são dispendiosas, mostrar que temos a maior e a única praia urbana deste Concelho, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

dos melhores destinos deste País, e estas pequenas ações podem mostrar às pessoas que temos qualidade e que temos uma praia e uma avenida para todos. Realçou também, o facto de se poder fazer uma aposta, de ver em 2020, um projeto de acessibilidades àquela área, mas também gostava de ver uma aposta cultural, não de mais eventos, mas sim, eventos diversificados com qualidade, porque houve uma organização daquilo que é o espaço público, mas há mais coisas que se podem fazer, e como tal, gostava de fazer parte de um processo, em 2020, onde fosse levantada uma bandeira, em que maior praia urbana deste Município, fosse um exemplo para todos os que querem vir para cá passar férias.-

De seguida usou da palavra a Senhora Presidente da União de Freguesias Querença/Tôr/Benafim, Margarida Correia, começando por dizer, que não a sua intenção trazer este assunto à Assembleia Municipal, nesta Sessão, pois estava a aguardar com alguma expectativa a Sessão Temática sobre a Habitação, mas tendo em conta que essa Sessão foi adiada para Setembro, irá então partilhar nesta Sessão, uma preocupação que já a partilhou com o Executivo Camarário, via email, e que tem a ver com as habitações clandestinas, situação que deve ser transversal ao Município, mas tem que o fazer também sobre o território sobre o qual exerce funções, com principal destaque para a área de Querença. Disse que semanalmente, brotam como cogumelos, debaixo das árvores, habitações clandestinas diversas, desde casas pré-fabricadas, roulottes, contentores, abrigos, barracas, habitações em linhas de água, em baixo de pontes, vale tudo, e isto está a ultrapassar tudo aquilo que é considerável e justo, por um lado, temos aqui um problema grave, porque muitas destas casas largam a céu aberto os esgotos, para as linhas de água, por outro lado, vê afastar do território, a sua geração, que não teve a audácia, nem a coragem de instalar barracas, nem casas pré-fabricadas, nos terrenos dos nossos pais, e agora, vemos chegar pessoas de diversas nacionalidades, e que muitas delas já estão a aproveitar-se destas situações para negócios, até já alugam estas "casas" a turistas, enquanto que investidores locais levam anos para conseguirem licenciamentos para alojamentos locais, e outros. Referiu ainda, que enaltece a forma e a prontidão com que o Serviços da Câmara Municipal, nomeadamente a Divisão de Fiscalização, respondeu hoje de manhã a uma chamada que fez, em virtude de se ter deparado com mais um camião, que estava a instalar uma casa pré-fabricada, e ao fim de 1 hora, estava um Fiscal no local, o problema é que apesar de saber os procedimentos a levar em conta, também sabe que a Lei não é clara, estamos em Rede Natura 2020, os proprietários e os locais, têm imensa dificuldade em fazer algo nos seus terrenos, o Plano Diretor Municipal (PDM), não permite a expansão e o desenvolvimento do nosso interior e com toda a certeza que nem a CML, nem as Juntas de Freguesia, nem a população residente, quer este modelo de



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

desenvolvimento para o interior do nosso Concelho, portanto, isto é uma degradação da paisagem, é um problema grave a que estamos a assistir, porque o Fiscal passa uma coima, o proprietário paga, e a casa fica lá durante os anos que o proprietário assim o desejar, pelo que, como Presidente de Junta de Freguesia, teve que partilhar esta situação.-----

Foi também dada a palavra ao Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo que gostaria de falar sobre o problema, das crianças até 3 anos de idade, ou seja em idade pré-escolar, em que na Freguesia de Almancil, ficaram 50 crianças fora do programa, por não haver vagas, e em contacto com a Câmara, foi colocada a questão de como é que se poderia resolver o problema, ao que aparentemente informaram, que havia vagas em Querença, e como é que um pai ou uma mãe, vem de Almancil para Querença? A logística, no seu entender, parece-lhe problemática, contudo, a Câmara ainda informou que haveria uma sala e um contentor, em Almancil, então se havia uma sala e um contentor, porque é que os mesmos não são utilizados? Supostamente, é por falta de autorização do Governo Central, para contratar Educadoras para receberem essas crianças, tratam-se de 50 crianças, e como tal, gostaria de obter uma resposta por parte do Executivo sobre este assunto, durante esta Sessão.-----

Seguidamente usou da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que começou a sua intervenção sobre o assunto dos requerimentos, dizendo que o BE enviou, em Novembro de 2018, diversos requerimentos ao Executivo, solicitando informações, mas que infelizmente ainda não tiveram resposta, o que não dignifica, nem respeita, os direitos da oposição, citando alguns desses pedidos de informação, nomeadamente, sobre os protocolos entre o Município de Loulé e o Governo, pedido de informação detalhada sobre os eventos de 2018 relacionados com Quarteira e Loulé, pedido de informação detalhado sobre o Festival MED de 2017 e 2018, Noite Branca de 2017, pedido de informação sobre o projeto da 2.ª Fase do Passeio das Dunas em Quarteira, entre outros sem resposta, referindo ainda que no passado dia 4 de Julho de 2019, o BE solicitou informações sobre os Despachos de Nomeação de Chefias, e só hoje, durante o dia desta Sessão, é que veio a resposta, pelo que, esta situação se está a tornar incontornável, grave do ponto de vista da transparência da atividade do Executivo Camarário, que tem obrigações para com a Oposição, e está a incorrer num risco grave, que poderá ter efeitos nefastos para o Executivo, e o Bloco de Esquerda, já chamou a atenção diversas vezes, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que não está hoje presente, o que é pena, que há de facto tempos de resposta que têm que ser cumpridos, o que não está a acontecer de maneira nenhuma.-----



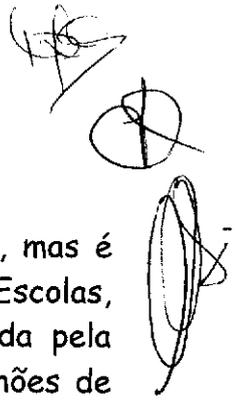
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Disse também, que o Bloco de Esquerda, durante o processo de elaboração do Orçamento para 2019, apresentou um conjunto de contributos que o Executivo Camarário e o Partido Socialista, recusaram debater nesta Assembleia, onde o BE incluía um conjunto de propostas na área social, que era um reforço no investimento nas políticas sociais na educação, habitação e incentivo à natalidade, uma delas, era a criação de uma Rede Municipal de equipamentos, nas zonas urbanas mais carenciadas, creches, infantários, pré-primários e centros de dia, em Quarteira, Almancil e Loulé, também foi proposta a construção de mais 10 salas de aula para o pré-primário, que deveriam estar prontas no início deste ano letivo, e aquilo que se vê, e que gostaria de perguntar à Senhora Vereadora responsável por este Pelouro, o que é que está previsto fazer, para dar resposta a tantas necessidades registadas, quer na Fundação António Aleixo, quer em todas as outras Entidades, em carências do pré-primário, que é algo que se tem que dar resposta, e que é obrigação do Município, dar resposta.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, dizendo que há 2 anos atrás, andámos com o problema do Aterro Sanitário, e nunca mais tivemos informação sobre se o Técnico para fazer a fiscalização foi admitido ou não, e sobre o que se passa.-----

Sobre a questão das creches, falou-se em cerca de 50 crianças em Almancil, em Loulé rondam as 260 crianças, e no seu entender, o problema é mais grave nas creches do que no pré-primário, e sobre o requerimento que apresentou na primeira Sessão deste mandato, também nunca mais veio resposta.-----

De seguida foi dada a palavra à Senhora **Deputada Ana Francisca Sousa (PSD)**, dizendo que como o tema é especialmente sensível, e lhe é próximo, não pode deixar de falar do que se está a passar relativamente à situação do pré-escolar, e supondo que tenham ficado fora do pré-escolar cerca de 325 crianças, pelas suas contas, sendo necessárias 13 salas, cada uma com 25 crianças, e essas 13 salas foram solicitadas no início deste ano, dados fornecidos por Adriana Patrício e Ana Patrícia, que não estão presentes, perguntando, foram solicitadas estas salas só no início do ano, porquê? Já sabíamos que isto ia acontecer, sabíamos porque a Câmara conhece os movimentos migratórios, está dentro das Escolas, sabe muito bem e apoia as redes formais e informais de migrantes, apoio os Nepaleses, os Tailandeses, os Italianos, os Franceses, e sabe que com eles vêm os filhos, por isso já devíamos estar preparados, não é desculpa isto estar a acontecer, só porque de repente houve este fenómeno, o PSD tem vindo a falar deste assunto há mais de 1 ano, desde sempre que fala sobre isto, e agora prova-se a sua veracidade, não há Escolas suficientes, ou se as há, não há nas Freguesias mais populacionais, e o que considera ainda mais grave, é o facto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

estarmos a arranjar uma solução de corta e cola, com todo o respeito, mas é assim que chama, e que o apoio da Câmara, aos alunos na deslocação às Escolas, sobretudo às que residem nas zonas mais afastadas, vai ser suportada pela Câmara, através de transportes, que se traduzem em cerca de 2.7 milhões de euros, e de 2.800 alunos, que irão ser transportados, acreditando que seja verdade, porque estas 13 salas, serão distribuídas por Quarteira, Almancil, Loulé e Boliquiteime, e mesmo assim, dando um exemplo, julga que em Quarteira, irão ficar crianças foram destas salas, que depois vão ter que ir para outras Freguesias, por isso, em relação à questão dos transportes, considera que é uma solução do corta e cola, porque é um gasto, e teria sido um investimento construir uma Escola, ou pelo menos preocuparem-se com isto, e por não terem pensado mais cedo nesta situação, agora estamos a penalizar gravemente as mães e criar um grande constrangimento às famílias.-----

Seguidamente a Senhora **Presidente**, relembrou os tempos disponíveis das Bancadas neste ponto da ordem de trabalhos.-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que tinha algumas questões a colocar ao Senhor Vice-Presidente, começando por falar da revista lançada pela Câmara, "Loulé Convida", onde se pode verificar o grande número de atividades na área da animação e eventos, e como tal gostaria de saber qual é o valor total de compromissos financeiros assumidos para estes eventos, e se não os poder hoje, agradecia que os pudesse dar por escrito e discriminados, porque realmente, uma das coisas que compete à Assembleia, é fiscalizar a atividade política mas também a atividade financeira da Câmara, e o BE, considera uma exorbitância de gastos que esta Câmara está a fazer este ano, em termos de animação, e como não pode calcular o valor total disto, mas deduz que não deverá ser muito barato. Em contrapartida, disse que depois não se vê nada para a habitação, nada para apoio social, e isto no seu entender, é grave, e é dramático para este Concelho, passarem anos e anos, e vemos que se continua a gastar dinheiro em eventos, alguns discutíveis, porque há aqui gastos sumptuosos, exagerados, que este Município tem nesta área da animação, pelo que gostaria de saber, junto do Senhor Vereador responsável, que é o homem que assina os compromissos financeiros, tem a obrigação de saber e responder a esta Assembleia.-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que sobre Quarteira, disse que ficou muito satisfeito por ver o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, a solicitar ao Executivo mais dinamismo, mais investimento na Freguesia, porque o Executivo deve andar muito atarefado com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

muita matéria política e não executam o que é fundamental para satisfazer as necessidades mais prementes, do progresso das Freguesias do Concelho de Loulé. Sobre a ciclovia de Quarteira, disse que estando agora instalado o caos naquela avenida, por iniciativa deste Executivo, liderado pelo senhor Vítor Aleixo, é uma preocupação esse caos, provocado por aquela obra descabida, naquela parte da cidade, porque traz pior qualidade de vida aos cidadãos, um péssimo exemplo da gestão de tráfego para quem nos visita, muito mau ambiente e ar para quem respira naquela artéria, provocado pelo para e arranca, que num troço de 500 metros, demora em vez de 8/10 minutos, cerca de 30 minutos, para além dos acidentes, que já aconteceu inclusive com um membro da Junta de Freguesia, por uma viatura mal estacionada, e por estes motivos, desafiou o Executivo, a acabar com aquela aberração de obra.-----

Em relação à Marginal de Quarteira, disse que iria solicitar, que a mesma fosse objeto de cuidados, que é efetivamente a maior sala de visitas do Concelho, seja objeto de um estudo sério, de trabalho sério, e de investimento sério, e que a inércia deste Executivo, se traduza nalgum esforço, em prol de uma melhoria na vida dos cidadãos e da economia, e que oiçam o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, entre outros Presidentes de Junta, para que consigamos ter um progresso mais efetivo.-----

Interveio de seguida, o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, que sobre a questão da ciclovia de Quarteira, disse que gosta de ciclovia, e que há muitas ciclovias pela Europa, não há é absurdos como o de Quarteira, e esse é que é o problema, porque um imbecil de um Arquiteto, uns Técnicos da Câmara incompetentes, e não sabe o que é que a Vereação fez, e criou-se ali um problema de uma coisa que podia ser bonita, agradável, e a Câmara apesar de ver que aquilo não funcionava, acobardou-se com uma manifestação da população, e quando não se assume o que se faz, é uma cobardia política, porque como é que é possível, que desde o momento em que aquilo foi malfeito, não tivessem acabado o projeto, estão à espera do quê? Aquilo que ali está é uma vergonha, e é uma vergonha, porque a Câmara não teve coragem política para acabar o projeto.-----

Falou também dos 1.200 metros da Estrada para a Quinta do Lago, disse que se fosse turista e viesse a este Concelho, era a terceira época balnear, em que via uma obra de 1.200 metros, por acabar, a Câmara não podia ter feito um esforço para acabar aquilo que falta? Que já é pouco, e é isto que é a qualidade do Concelho?-----

Pedi a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto**, dizendo que veio a esta Assembleia, para dizer mais uma vez, que está pronto para assumir publicamente, com o Executivo Camarário, trabalho de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

equipa, e dizer que em 2020, teremos uma avenida, com mais do que aquilo que já tivemos, e com dignidade, e mostrou aqui nesta Sessão, o que é que achava que era, e sem medo, assumir que existem compromissos, e não, esperar que o Executivo possa falhar.-----

Usou de seguida a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, e respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, disse que de nada serve vangloriar este Executivo, pelas obras que não são da sua competência, quando as obras que são da sua competência, não as fazem, e quando começam as casas pelo telhado, e das obras que não são da responsabilidade deste Município, nomeadamente, a construção de uma Unidade ABC, para investigação médica, na ordem dos 13 milhões de euros, também uma Circular à volta dos 2 milhões de euros, o Posto da GNR em Almancil na ordem de 1 milhão de euros, ou seja, a Câmara substitui-se ao Governo Central, naquilo que não são as suas competências, mas quando necessitamos que a Câmara aplique o dinheiro naquilo que é necessário e imediato, sobretudo, habitação, pré-escolares, apoio à saúde, não o faz, e isto é na realidade uma falta de estratégia deste Executivo, e como tem dito, é falta de engenho, porque não é por falta de dinheiro, porque têm 80 milhões de euros na conta, sistematicamente e anualmente têm esse dinheiro e não o disponibilizam, é claramente por falta de engenho, e este é o principio orientador deste Executivo.-----

Foi também dada a palavra ao Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, começando por dizer que às vezes fica estupefacto com as coisas que ouve nesta Assembleia, porque em 12 anos, o Executivo PSD não executou, o que este Executivo PS executou em 4 anos ou mesmo até nestes últimos 6 anos em que está em governação local, porque há quantos anos é que Quarteira necessitava de um novo Quartel da GNR? E nunca viu antes, ninguém fazer nada por isso, e não se lembra do Senhor Presidente da Câmara da altura, defender algo do género para Quarteira.-----

Disse que também ouviu, por parte do Senhor Deputado Carlos Martins (BE), que o Executivo Camarário, gasta demasiado dinheiro em festas e eventos culturais, e gasta muito pouco dinheiro naquilo que é a ação social, o que é mentira, e em relação às festas e eventos culturais, como o Festival MED e Noite Branca, estas festas trazem cá muitas pessoas e movimentam muito dinheiro, que alimentam a economia local, e isso é bom para o Concelho, e sempre foi, e voltando ao assunto do apoio social, lembrou que Loulé tem um Regulamento "Loulé Solidário", que apoia as pessoas, os munícipes, nas rendas de casa, no ATL, no pagamento de creches, no pagamento da eletricidade, no pagamento do gás, nos medicamentos, também temos o apoio à recuperação de habitação, também já temos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

teleassistência, o cartão do medicamento que é dado com critérios constantes no Regulamento, temos também o apoio ao internamento das Comunidades Terapêuticas para Adições, e não nos podemos esquecer também do acompanhamento domiciliário a idosos e doentes, também a oficina móvel que ajuda os idosos na carpintaria, pequenas reparações de casa, temos também a carrinha de saúde móvel que corre todos os meses as Freguesias do Concelho, temos o Mega programa de apoio às famílias, as "Férias para Todos" com cerca de 1.500 jovens por semana, não esquecendo o Baile Social, o Movimento Zero Desperdício com recolha de alimentos, e como tal, é injusto, certos e determinados Deputados virem à Assembleia, dizerem que não se faz nada em certas áreas, porque existe um grande trabalho feito, e nomeadamente na área social, em que nós somos líderes, e não se recorda, de um, tão grande investimento na área social.-----

Interveio de seguida o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que também fica estupefacto pelo conhecimento demonstrado pelo Senhor Deputado Abel Matinhos (PS), quando lança para o ar, "certos e determinados" Deputados Municipais, como fossem coisas, pois o certo Deputado Municipal, tem nome, e chama-se Carlos Martins, felicitando o Senhor Deputado Abel Matinhos, porque vem na Lista do PS para a Assembleia da República, mas com pena que seja em último lugar da Lista, e que deveria ter mais respeito pelas pessoas, quando fala, e voltou a dizer, tal como já disse, porque está gravado, que a Câmara Municipal de Loulé, esta Câmara, no interior, não fez uma única casa, não comprou uma única casa, não fez uma única creche, fez só mais 6 salas de aula do primário, não fez nenhum lar, não fez nenhuma casa para os sem abrigo, e se tiver único caso sobre isto, gostaria que lhe disse, e portanto, não vale a pena o Senhor Deputado vir para aqui a engraxar o Município, e ler uma redação que todos já lemos, porque nós também sabemos ler, e acha muito triste, quando vem aqui e levanta-se e fala alto, porque pensa que assim convence mais as pessoas, relativamente a si, disse que preferia vir aqui, falar baixinho e dizer coisas que são verdade, e se o Senhor Deputado ouvir da sua parte alguma inverdade, façam o favor de o retificarem, e o que acha, é que realmente esta Câmara PS, no mandato anterior e nestes últimos 2 anos, tem feito zero nesta matéria, e este ano é que foram dados os primeiros passos e ainda bem, como o Plano Estratégico de Habitação, vão apoiar as creches de Almancil porque o projeto já estava feito e a obra já estava a iniciar-se e foi parada, vai apoiar o Centro Comunitário de Almancil que estava em andamento e teve que parar, e estas coisas é que são verdades, e isto é que o Senhor Deputado Abel Matinhos devia de saber, ou sabe e omite.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pedi também a palavra o Senhor Deputado Vitor Cristiano (PS), dizendo que tem ouvido as várias intervenções dos Deputados das várias Bancadas, tendo ficado bastante entusiasmado, e contente com o início da intervenção do Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), quando começou a congratular o Executivo, e de algum trabalho feito, o que é sempre bom vindo PSD, o que normalmente nunca acontece, mas sim o contrário, que é sempre de crítica, mas depois com as restantes intervenções, voltou-se ao normal, e no seu entender, começou a falar-se de um assunto interessante, porque trata-se dos nossos miúdos, e que a discussão teve ter soluções, e que traga e acrescente algo para resolver os problemas, e não deve ser uma discussão de demagogia política, porque de facto os miúdos que temos no nosso Concelho, são de número considerável, e as necessidades existem, mas também é um facto, que não é possível prever todas as necessidades e de ter as infraestruturas todas construídas, para colmatar todas essas necessidades, e é claro que o PSD prevê tudo, e quando esteve no Governo também previu tudo, e a questão aqui, é que existe um problema que tem que ser resolvido e estará sempre aberto, a contributos e soluções, e não para demagogia, e se calhar o PSD antes de fazer as suas intervenções, convinha salvaguardarem-se um bocadinho, com conhecimento mais profundo sobre os números reais, de que efetivamente estaremos a falar, chamando à atenção, de que a realidade no Concelho de Loulé, não tem comparável no Algarve, e não há Concelho do Algarve que consiga cumprir as percentagens que o Concelho de Loulé consegue, e podem colocar os problemas todos que quiserem e inventar o que quiserem, mas os números falam mais alto, porque depois houve coisas do género, sim senhor temos um problema para resolver, critica-se que a Câmara Municipal não fez o seu trabalho e depois quando se fala de um número, que a Câmara gasta 2.1 de milhões de euros com a deslocação dos miúdos para os transportar para as Escolas e para ajudar as famílias, já não serve, já temos um problema enorme, como tal, não sabe o que é que o PSD quer, e se calhar ficava melhor levantarem um problema, mas apresentarem soluções, e contribuir com uma solução, não é só fazer demagogia política e campanha eleitoral, e antes de virem para cá, deviam munir-se dos números, que é para não terem surpresas desagradáveis.-----

Disse também, que o PSD se esquece que Loulé é um Concelho Turístico, e depois ouvem-se críticas de a Câmara de Loulé substituir-se ao Governo Central e constrói um Posto da GNR, e que constrói um Quartel de Bombeiros, e que constrói uma Unidade de Desenvolvimento e Investigação, e será que se esquecem que este Concelho é um Concelho Turístico? E não é só praia e mar, pressupõe também outras necessidades, e é por isso que os turistas vêm para cá, não vêm só para a praia, vêm pelas atividades turísticas, pelas festas, pela segurança, e por todos esses fatores, e também o investimento acarreta riqueza



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para este Concelho, e não só, coloca o nome do Concelho de Loulé, em muitos sítios, internacionalmente, portanto não é só vir dizer, criticar e dizer que faz, mas os Senhores não fizeram, e agora não apresentam solução, apresentam críticas, que é o que sabem fazer, e mais nada.-----

Em defesa da honra, usou da palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, e começando pela intervenção do Senhor Deputado Vitor Cristiano (PS), disse que o PSD não pratica demagogia, o PSD fala de números concretos, e os números concretos, caso o Senhor Deputado não tenha tido a oportunidade de ouvir, ou porque estaria a trabalhar noutros projetos, que não o da Assembleia Municipal, disse no início da sua intervenção, que o PSD tinha feito um levantamento com base em dados primários, porque visitaram todos os equipamentos escolares do Município, e falaram com os seus Diretores, não viemos aqui com histórias, mas sim com dados, que estão cá, de Escola a Escola, e apenas apresentaram o resumo, porque não têm que apresentar soluções, e têm que se congratular com os factos que este Executivo, presta e bem, e enunciar obviamente os problemas que há, e esta é a missão do PSD, é para isso que foram eleitos, portanto o Senhor Deputado não venha para cá com moral, porque essa não se aplica ao PSD, pode-se aplicar sim ao PS, como tal, o PSD não fala com demagogia, falam em nome dos interesses dos munícipes e é por essa razão que estão aqui sentados na Assembleia. E quanto aos investimentos que o Senhor Deputado reitera de que na verdade são importantes, este Executivo, tenta fazer o trabalho da construção da casa pelo telhado, porque somos deficitários, a nível da educação, a nível de médicos, de centros de saúde, de habitação, de estradas, limpeza de bermas, limpeza de estradas, etc., e este Executivo quer aplicar 16 milhões de euros num centro de investigação? Quando as necessidades mais prementes, mais imediatas dos cidadãos não são satisfeitas?! É com isto que o PSD fica estupefacto.-----

Respondendo ao Senhor Deputado Abel Matinhos (PS), disse que o PSD, quando foi Executivo Municipal, fez 25 equipamentos escolares, e o Executivo PS apenas 6 salas, o PSD também construiu o Mercado de Loulé, Teatro Municipal, Piscinas Municipais de Quarteira, e poderia enumerar muitas mais obras que implementaram no Município de Loulé, enquanto este Executivo PS nada faz, apesar de ter 80 milhões de euros na conta.-----

Também usou da palavra, em defesa da honra, o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, dizendo que normalmente não pretende falar nas reuniões da Assembleia Municipal, porque tem a consciência de que cada vez que fala, é um alvo a abater, pela Bancada do PS, não sabe que receio é que têm, esteve cá 12 anos, fez aquilo que em consciência lhe foi possível fazer, também tendo a consciência que não fez tudo bem feito, mas tem a consciência de que a população de Loulé, ficou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

agradada com o seu trabalho, e sentiu-se muito honrado, e de cada vez que se apresentou a eleições neste Concelho, tem pena de não ter conseguido fazer mais, mas não pode é admitir que haja um branqueamento, como acabou de fazer o Senhor Deputado do PS, como se não tivesse sido feito nada naquele período, e dirigindo-se a ele, disse que para que nós darmos credibilidade a nós próprios, à Câmara Municipal e aos Senhores Deputados, é necessário que digamos a verdade, é necessário que nós nos respeitemos, independentemente de estarmos na política ativa, ou na oposição, porque houve muitas coisas bem feitas por Executivos do PS, como também por Executivos do PSD, e nós estamos agora aqui, as nossas famílias estão em casa, para discutir coisas importantes e era educativo, bom, pedagógico, que as pessoas que aqui estão, ouvissem nós valorizarmos o trabalho que fazemos, e que apresentássemos propostas, e os Senhores têm a responsabilidade, com uma maioria esmagadora, de fazerem o que quiserem neste Concelho, e vai ser a população de Loulé, daqui a uns anos, que vai fazer essa avaliação, não é por falarmos muito alto, objetivamente, cada um define a sua estratégia, enquanto Presidente, disse que definiu a sua estratégia, e foi apostar naquilo que era necessário, e também na área da saúde, e por exemplo, o Quartel dos Bombeiros, a sua proposta para o Quartel dos Bombeiros, serviria tanto Quarteira como Vilamoura, e era de rápido acesso, este novo, no sítio em que está, está mal, não tem estacionamento, não tem acessos, é uma situação completamente desajustada da realidade, mas era a sua opinião, tal como respeita a opinião do PS, agora não podem é vir para aqui, com o bota a baixo, como se durante 12 anos o Executivo PSD não tivesse feito nada, e o Senhor Deputado do PS, está cá há pouco tempo, apesar de vir na Lista de Deputados, tenha calma, porque ainda vai aprender muito, com certeza.-----

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Costa (PS), partindo do que disse o Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), sente que a Bancada do PSD, nestes últimos anos, sobretudo neste segundo mandato socialista, tem sido uma Bancada demolidora, e tem sido bota a baixo também, e quando não há, inventam coisas, com o devido respeito, e o Senhor Deputado do PSD, não conseguiu fazer tudo enquanto Presidente, aliás, está à vista que faltam fazer coisas, e estamos perante questões de coisas que não fizeram, e este Executivo PS está cá para fazer, apesar das questões do que faz, não terem aquela visibilidade, aquela expressão, nesta casa da democracia local.-----

Para responder às questões suscitadas pelos Senhores Deputados, foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, começando por dar os parabéns à "Academia do Saber", que é um sucesso e é uma iniciativa da Junta de Freguesia de Quarteira.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Disse também que este Executivo e o Partido Socialista, não viram a cara, naquilo que deve ser a segurança e a proteção civil dos seus cidadãos, e é por isso que a Câmara substitui-se à Administração Central, e muitos dos investimentos que faz, faz para segurança dos seus próprios munícipes, e naquilo que é a sua principal atividade económica, que é o turismo, porque sem uma segurança própria e sem condições de trabalho para as pessoas relacionadas com esta área, de facto nós não temos a qualidade que gostamos de ter, em todo o Algarve, e o Concelho de Loulé não pode virar a cara a isto, e por isso, consideramos primordial este tipo de investimento, e considerado um dos investimentos que não foi falado aqui, e que para o Executivo é prioritário, que é a questão do Posto da Polícia Marítima e da questão do Bote Salva-vidas, em Quarteira, que não existe, e só isto contribui imenso para os pescadores de Quarteira, e para toda a população de Quarteira. É de facto uma responsabilidade da Administração Central, mas o Executivo Camarário tem que o fazer, e este é um exemplo, daquilo que nós não podemos continuar a fazer, discutir o mesmo assunto, de que a Câmara não deve fazer investimentos que são da responsabilidade da Administração Central, mas o Executivo assume, que há certos tipos de investimentos que põem em causa a segurança das pessoas, a proteção das pessoas, e por isso a Câmara se substitui à Administração Central.-----

Referiu que, também é preciso desmitificar uma situação, não podemos sistematicamente dizer, que a Câmara tem os cofres cheios, que a Câmara tem 80 milhões de euros, de facto a Câmara tem condições financeiras adequadas, para fazer investimentos, ou para alguma situação de emergência de médio-longo prazo, e estar a dizer que a Câmara dispõe de um saldo bancário de 80 milhões de euros, como se isto fosse uma coisa má, e não é uma coisa má, é uma coisa que salvaguarda e torna segura, as populações do Município de Loulé, para aquilo que a Câmara poderá fazer em termos de investimentos futuros.-----

Passou de seguida a responder a um conjunto de situações referidas pelo Senhor Deputado Mário Botelho do PSD. Falou do Pavilhão D. Dinis, quando há cerca de 1 mês, aprovámos na revisão orçamental, um novo concurso do Pavilhão D. Dinis, é verdade que o concurso ficou deserto, mas vai ser lançado um novo concurso.-----

Sobre o constrangimento das inscrições das crianças do pré-escolar, disse que esta matéria está a ser trabalhada ao longo de meses, por parte da Câmara, com os números que vão chegando, com as situações que vão ocorrendo, e o que estamos a assistir, são aumentos substanciais de ano para ano, sobretudo em 2 anos, do aumento significativo do número de crianças e a resposta que conseguimos dar, e já demos o ano passado, em cerca de 11 turmas, e este ano serão mais 13 turmas, e aquilo que o Executivo tem programado, são duas situações, uma é uma resposta imediata a essas turmas, com monoblocos climatizados, e a outra é um projeto de investimento, que veio também na revisão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

orçamental há cerca de um mês, o projeto de investimento de 2 Escolas, uma em Quarteira e outra em Loulé. Quanto ao resto da informação sobre a questão das Escolas, disse que será respondida pela Vereadora Ana Machado.-----

Relativamente ao assunto falado pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), referiu que é verdade que a resposta aos requerimentos está em atraso, mas é verdade também que irão responder a esses requerimentos, e que alguns já têm a informação pronta, falta apenas enviar.-----

Quanto aos eventos em geral, e nomeadamente sobre "Loulé Convida", disse que se trata de uma revista, que a Câmara lança, mas não são a 100%, eventos da Câmara, tem eventos das Associações todas do Concelho, e que são imensas, dos eventos das 9 Juntas de Freguesia, e também das Comissões de Festas que existem um pouco por todo o Concelho, como tal, não são só iniciativas da Câmara, mas sim, uma divulgação de todos os eventos deste Concelho, e esta revista convida, quer os munícipes e famílias, quer as pessoas que nos visitam.-----

Sobre os compromissos dos eventos, disse que o Executivo, tal como irá fazer em relação aos requerimentos, também poderá responder em relação a isto, e sobre os eventos de 2019, em relação aos eventos de 2018, têm decrescido do ponto de vista daquilo que é o número de eventos, e serão prestados todos os esclarecimentos, evento a evento, até porque o dinheiro é público.-----

Em relação à Estratégia Local de Habitação, é importante dizer que ainda não foi divulgada, mas será divulgada numa Sessão Temática da Assembleia, e será apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, e como foi dito em Sessões anteriores, a Câmara já está a fazer o seu trabalho, e aliás o lançamento do concurso para Habitação em Salir, continua a avançar, e a questão da Habitação no Ameixial, continua a avançar, e a questão relacionada com a aquisição de terrenos que veio aqui também há um mês, na revisão orçamental, também refere que continuamos na aquisição de terrenos para habitação.-----

Por fim, disse que, apesar da Câmara não conseguir colocar médicos, ou contribuir decisivamente nas questões da área saúde, mas que é um orgulho enorme para este Executivo, contribuir para a saúde das pessoas, no caso, de ser o primeiro Concelho, que vai instalar uma Rede de Desfibriladores Automáticos Externos, por todo o Concelho, e esta é uma política que deve ser para todo o País, de forma a proteger as pessoas em termos de saúde.-----

Posteriormente usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Machado, para responder a 3 questões que foram colocadas e que não foram respondidas, nomeadamente sobre a questão do deputado Mário Botelho, sobre o Pavilhão Laura Ayres, que sempre existiu, e que se os alunos não são acompanhados para fazer essa transição, isso será uma opção da Direção. Em relação a Almancil, a intervenção na cozinha e nos balneários, está previsto num procedimento que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

faz todos os verões, de reparação, manutenção e obras nas escolas. Disse ainda que em Almancil, as 2 salas que vão ser abertas, serão na Escola de S. Lourenço, uma sala dentro do edifício que estava fechada e outra um monobloco que la estava que foi utilizado que foi utilizada para albergar conjuntamente com esta sala, os meninos da Escola das Escanxinas reaberto durante o período de obras.— O monobloco irá ficar e outra sala será ocupada, são estas as 2 salas e Almancil fica sem lista de espera.-----

Sobre S. Clemente, terá 2 escolas, será reaberta recentemente a Escola do Poço Novo, que está em excelentes condições e a Escola do Poço da Amoreira.-----

Sobre a questão dos transportes escolares, colocada pela senhora deputada Francisca Sousa, referiu que os transportes escolares existem desde 1984 em todo o país. Em 2013, quando ingressou no seu 1º mandato, já havia transportes escolares, sendo a diferença, que os meninos saiam de casa às 6.50h e em 2014, os meninos passaram a sair de casa às 7.10h, tendo sido feitos aperfeiçoamentos na redistribuição das rotas dos transportes escolares. Foi dada mais qualidade de vida às crianças do nosso concelho. A prioridade deste Executivo passa por dotar todas as freguesias de pré-escolar público, sendo Alte a ultima freguesia a ser contemplada com este serviço, com uma sala com 8 meninos e Ameixial 4 meninos com uma sala itinerante 3 vezes por semana.-----

Tem sido politica dos Executivos um reforço ao alargamento dos equipamentos do apoio à família e este Executivo com o aumento dos 2,7 milhões de euros, o aumento de 1 milhão de euros do ano passado para este ano, não é um "corta e cola", significa que se transportou meninos de 4 anos, meninos em contexto de formação em contexto de trabalho, que antigamente não era feito, igualmente meninos com necessidades educativas especiais, ao invés de se transportar avulsamente em ambulâncias. O Conservatório de Música de Loulé, tem 300 alunos a serem transportadas e que tudo isto implica o aumento de 1 milhão de euros. Disse ainda que o mega-programa de apoio às famílias, não se trata de nenhum ATL, mas sim de um programa de apoio às famílias, que durante os meses de Julho e Agosto, ficam sem saber o que fazer aos filhos, também com eles investimos dinheiro e também eles são transportados.-----

Para complementar alguns esclarecimentos adicionais, usou da palavra o Senhor Vereador Carlos Carmo, que sobre o Aterro Sanitário, referiu que na Comissão de Acompanhamento do Aterro tem trabalhado bem, sendo nítida a diferença do trabalho da mesma. Já foram feitas 3 inspeções, ao nível da recolha de análises em 8 pontos diferentes que não coincidem com os pontos em que a APA normalmente faz as recolhas que são feitas e muito em breve trará a esta Assembleia um Relatório Preliminar, quando este processo chegar a meio e esta fiscalização de terceira parte, terá uma de análise que será feita pelo ISNQ



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

(Instituto de Soldadura Nacional e Qualidade) e outra parte ao nível das infraestruturas do aterro, que serão feitas por 2 universidades, do Minho e do Porto. Portanto não está esquecido e esta Câmara tem sido muito atenta e tem estado do lado dos munícipes do nosso interior.-----

Para um esclarecimento adicional, usou da palavra a Senhora Vereadora **Heloísa Madeira**, sobre a exposição apresentada pela Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim, de que a Câmara está atenta, é um flagelo que afeta não só o concelho de Loulé, mas de uma forma generalizada os concelhos do Algarve, está-se analisando quais as medidas mais adequadas para tomar, a fiscalização está no terreno, autua, mas depois da edificação estar lá, é muito difícil reverter o processo e só com recurso a medidas da tutela da legalidade urbanística são possíveis e estas medidas demoram algum tempo e está-se a estudar a melhor forma de abordar a questão.-----

Posteriormente a Senhora Presidente, pediu a consideração da Assembleia, em relação à ordem das propostas constantes na Ordem de Trabalhos, se concordam que seja alterada a ordem das propostas, nomeadamente tratar-se tudo o que seja Deliberação em primeiro lugar e se deixasse as apreciações para o fim. As propostas a) e b) ficam como estão, sendo que a c), d), e), f) e g), passariam para o final e depois a proposta h), i), j) e k), que são todas elas deliberações, ficassem em primeiro lugar para análise.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que esta Assembleia Municipal deve respeito aos cidadãos presentes, que estão aqui para debater um assunto do seu interesse e como tal não vê a necessidade de remeter este assunto, para outro dia que não hoje. O Próprio Regimento desta casa refere que para alterar a ordem dos trabalhos, necessita de uma maioria e se a senhora Presidente assim o entender promove a votação e ver-se-á qual o resultado.-----

O Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, disse não compreender esta proposta da Senhora Presidente em exercício, dado que na Ata n.º 7 da reunião da Comissão Permanente, foi estabelecida a ordem pelo Senhor Presidente da Assembleia, juntamente com os líderes das bancadas e nenhum se opôs à Ordem de Trabalhos que foi aprovada, e que muito estranha esta posição da senhora Presidente.-----

O Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, referiu que a Assembleia Municipal é soberana e que devido às contingências e a objetividade da Assembleia, pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

levar a que o Plenário, se assim o entender o altere.-----

Também usou da palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que disse que o CDS também se opõe á proposta feita pela Senhora Presidente.-----

O Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, questionou qual a razão que fundamenta a alteração das propostas na Ordem de Trabalhos.-----

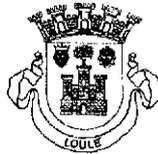
A Senhora **Presidente**, disse não haver nenhuma razão concreta, a proposta é sua, só que por razões práticas, e porque existe uma votação na alínea h) e porque a Ordem de Trabalhos é longa, a proposta de alteração, é apenas no sentido de facilitar os trabalhos.-----

A proposta de alteração à Ordem de Trabalhos, foi colocada à votação, tendo sido aprovada com 22 votos a favor, 11 votos contra e 1 abstenção, num total de 34 deputados presentes. -----

Pedi para intervir a Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, referindo que a Bancada PSD, votou contra, pela forma como está a ser dirigida como a Unidade de Execução, uma forma imposta, e agora querem impor também aqui uma unidade por livre e espontânea vontade da senhora Presidente, o que considera um desrespeito absoluto, para com os cidadãos e os proprietários, que aqui estão para ouvirem uma discussão da alínea c), relativa à Unidade de Execução, e já na anterior Ordem de Trabalhos tinha sido colocada no final das alíneas. O público aqui presente está à espera da discussão desta alínea, que lhe diz diretamente respeito. Mostram aqui um medo e um receio de assumir essa discussão, por algo que é extremamente importante para este concelho. Considera uma grande desilusão aquilo que aqui hoje se passou.-----

A Senhora **Presidente**, disse não ter qualquer intenção de fugir ao que quer que seja em relação à discussão das alíneas, tendo sido a sua proposta apenas por uma questão prática da condução dos trabalhos. Disse que a alínea c) trata-se de uma alínea que transita da sessão anterior. Aquilo que tinha proposta é que as alíneas que estão em Apreciação de Informação, a d) e a e), que ficassem para o fim da sessão.-----

O Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, pediu para intervir para fazer uma correção, dizendo que as contas não estavam bem feitas, porque se for feita a divisão 34 por 3 e multiplicar por 2, verá que o resultado será 22,6, que excede os 22, nesse caso seriam precisos 23 Deputados, coisa que essa bancada não tem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Com esse resultado a senhora Presidente não pode aplicar com esse resultado, a alteração da Ordem de Trabalhos.-----

O Senhor Deputado Carlos Costa (PS), apresentou uma Declaração de Voto em nome da Bancada do PS "O bom julgador por si se julga, ninguém está a retirar pontos da Ordem de Trabalhos, ninguém está a fugir às questões, quer o Executivo, quer a bancada que o suporta. É por motivos logísticos como foi muito bem dito, e por sequência, temos 2 sessões marcadas, ninguém vai fugir ao tema. Temos os pontos aqui agendados, agora vossas senhorias estão sempre a atacar, sempre a demolir, sempre a destruir. Peço desculpa".-----

A Senhora Presidente, disse que a sua intenção aqui não foi causar todo este constrangimento, foi apenas em termos práticos, visto o avançado da hora tratar das deliberações em primeiro lugar, mas se os senhores deputados não concordarem e se isto causar confusão, assume aqui, que foi esta a razão que a levou a fazer esta proposta da sua iniciativa. Passa-se à discussão da alínea a) e consequentemente às outras alíneas acabando-se assim com esta confusão que criou o que não foi de todo sua intenção de com isto, estar a desrespeitar o público aqui presente, nem a querer estar a perturbar os trabalhos aqui previstos para hoje.-----

6- Período da Ordem do Dia:-----

a)- Proposta 25/2019- Deliberação relativa à Proposta à Assembleia Municipal para que Delibere Designar o Autarca de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei 202/2004 de 18 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 201/2005, de 24 de novembro, 159/2008, de 8 de agosto, 9/2009, de 9 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, 81/2013, de 14 de junho, 167/2015, de 21 de agosto, 24/2018, de 11 de abril este Conselho tem um vogal autarca de freguesia, eleito em Assembleia Municipal: [Proposta da Câmara Municipal n.º 254-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Foi cedida a palavra ao Senhor Deputado Carlos Costa (PS), referindo que esta matéria relativa à alínea a), uma proposta da Câmara Municipal, subscrita pelo senhor Vereador Abílio Sousa, o Grupo Municipal do PS, propõe o Autarca de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial, José Fernando Florinda Carrusca.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, propõe o Autarca de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir, Deodato Martins João.-----

A Senhora **Presidente**, informou que a votação será feita por voto secreto, e será atribuída a letra A, ao Autarca do Ameixial, José Fernando Florinda Carrusca e a letra B, ao Autarca de Salir, Deodato Martins João.-----

a)- **Proposta 25/2019- Deliberação relativa à Proposta à Assembleia Municipal para que Delibere Designar o Autarca de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei 202/2004 de 18 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 201/2005, de 24 de novembro, 159/2008, de 8 de agosto, 9/2009, de 9 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, 81/2013, de 14 de junho, 167/2015, de 21 de agosto, 24/2018, de 11 de abril este Conselho tem um vogal autarca de freguesia, eleito em Assembleia Municipal; [Proposta da Câmara Municipal n.º 254-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi votada e aprovada por maioria, com 21 votos a favor, a Lista A do PS, tendo sido designado o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial, José Fernando Florinda Carrusca, contra 10 votos da Lista B do PSD, que designava o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir, Deodato Martins João, 1 voto nulo e 2 votos em branco.**-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

b)- **Proposta 27/2019- Deliberação relativa à Proposta de Revogação do Plano de Pormenor de Loulé Sul (PPLS) e submeter à Aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º, por remissão do n.º 3 do artigo 127.º, ambos do RJIGT; [Proposta da Câmara Municipal n.º 652-2019];**-----

Para a apresentação desta Proposta, interveio a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, lembrando que este assunto já tinha sido submetido a apreciação desta Assembleia, na sessão anterior e largamente debatido e o Executivo respondeu a todas as questões que lhe foram colocadas.-----

O Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, questionou se a questão é cancelar todos os Planos que tenham execução zero, ou é avulso, e a questão é se o Plano Norte/Nordeste de Quarteira, também vai ser posteriormente apresentado aqui para ser cancelado depois?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Usou da palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, referiu que mais uma vez e na sequência do que foi dito na sessão anterior, em que se falou sobre este Plano e sobre a estratégia da Câmara de revogar os Planos, mostra a ausência de trabalho e concretização, leva a revogar os Planos, que deveriam ter sido objeto de alterações e de adequação aos interesses que as populações carecem. Há um conjunto de equipamentos constantes neste Plano, que deveriam ter sido acautelados e a Câmara não demonstra qualquer intenção que garanta servir as populações que estão em causa neste Plano, para que sejam prosseguidos objetivos fundamentais para servir essa comunidade, e limita-se a revogar por inércia da parte do Planeamento, pela incapacidade de concretizar, por parte daquilo que é o objetivo do Executivo. É mau revogar o Plano, deveria ter os objetivos de acordo com as carências populacionais.-----

Também usou da palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que teceu algumas considerações sobre o Plano Loulé-Sul, com mais de 12 anos, tendo sido em 2006, que começou a ser tratado, tendo chegado a ser adjudicado todo o processo de Projeto deste Plano que não avanço nada, não tendo tido qualquer execução. Decorrido todo este tempo, as alterações que se verificaram ao longo de todo este período, podem suscitar alguns pensamentos sobre esta área territorial. Aquilo que está proposto, é pura e simplesmente revogá-lo e está previsto um novo Plano avançar para a perspetiva em termos de futuro a breve prazo, avançar-se para um novo Plano Loulé-Sul ou ficará enquadrado na revisão do PDM toda esta zona e não haverá Plano de Pormenor para já em perspetiva.---

Usou igualmente da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referiu que na última sessão onde este assunto foi debatido, o Bloco de Esquerda apresentou um Relatório, uma exposição total sobre os aspetos positivos e negativos deste Plano de Pormenor, chamando a atenção porque nele estava previsto um conjunto substancial de equipamentos coletivos, tendo sido questionado o Executivo na altura, onde iriam estes equipamentos coletivos ser colocados. De acordo com o Plano de Pormenor Loulé-Sul, havia um ATL previsto, com 944 metros, Equipamento Cultural, com 702 metros, um Centro de Dia, com 230 metros, um Salão Polivalente, com 1202 metros e até a Sede da Freguesia de S. Clemente. A inércia devida, levou agora a que a Câmara deliberasse revogar um Plano, que está às portas de Loulé, é a entrada de Loulé quando se vem de Faro. Já se passaram 4 anos e durante este período, nunca houve preocupação nenhuma do senhor Presidente da Câmara. Loulé precisa deste Plano já aprovado, que tem um projeto de infraestruturas que foi elaborado, precisa de habitação de oferta pública e privada e de equipamentos que estão previstos, e a Câmara Municipal joga tudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para o lado, para fazer um hipotético Plano, que é uma Unidade ABC, em que estamos todos de acordo, mas não se sabe concretamente o que é, porque a Câmara se recusou a enviar para esta Assembleia, os Protocolos que assinou e aí é que se saberá o que é que é responsabilidade da Câmara e o que é responsabilidade dos privados e quem é que vai gerir os equipamentos e isto são cerca de 16 milhões que teremos que pagar. A Bancada do BE, não está de acordo de maneira nenhuma que este Plano seja revogado, tanto mais que ainda há dias foi revogada aqui uma Revisão em sede da Assembleia Municipal, para a construção de uma Avenida que certamente é a Avenida que estava lá já desenhada nesse Plano de Pormenor. Crê que a Câmara Municipal está a exagerar um bocado no "quero, posso e mando", tem poderes políticos para o fazer, mas é da opinião que é um ato de má gestão, de uma coisa que estava feita, em vigor, não tem nenhum trabalho, nem nenhum impedimento das entidades tutelares e que a Câmara até o podia alterar. O BE propôs, alterar aquela Unidade e adaptar para o projeto novo que a Câmara lá tem, mas a Câmara delibera acabar com tudo! Mas esquece-se que aquilo ali tem infraestruturas à porta, rede viária e equipamentos que necessita. Crê que seja uma má decisão política e que terá custos!-----

Interveio o **Senhor Deputado Carlos Costa (PS)**, e começou a sua intervenção com uma questão que tem a ver com a história, em que se fala de 2013 para a frente, esquecendo-se que o Plano de Pormenor de Loulé, encontra-se em vigor desde 2006, e que não era este Executivo que estava em vigor nessa altura. Em 06/06/2008, sofreu uma retificação e se o Executivo PSD na altura tivesse dinamizado este Plano este Executivo com certeza que o teria concluído e finalizado.-----

Os Executivos Socialistas até hoje, neste concelho, desde que existe democracia nesta casa, nunca fizeram atos que não fossem feitos de uma forma legal. A Câmara não é a seu belo prazer que revoga os Planos, estão a ser apresentados Planos e alternativas de acordo com as regras definidas atualmente e é nesse sentido que os projetos são apresentados. Estamos numa escala de duas décadas e é nesse sentido que os projetos são apresentados e nesse sentido haverá com certeza pela ponderação, pelas propostas feitas, que o concelho de Loulé e a própria malha urbana da cidade, não ficarão para trás e irão se desenvolver com certeza.-----

Pedi para intervir o **Senhor Deputado Hugo Nunes (PS)**, que disse que a discussão deste ponto, está a ser retomada em termos que não abonam a nosso favor. Ao que parece este Plano não terá sido concretizado por falta de iniciativa pública. Este Plano começou a ser trabalhado no final dos anos 90, foi preparado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pelo Arquiteto Massapina, teve como epílogo a sua aprovação em 2006, mas que vem de trás. Apresenta um conjunto de propostas e soluções que não serviram os interesses das entidades que estavam envolvidas nele, não só o município como os privados, porque este é um Plano que tem uma área, em que a participação dos privados é significativa, e os mesmos não ficaram satisfeitos com o Plano e não o concretizaram nem o implementaram. Depois este Plano com as normas que prevê e com o processo de revisão do PDM em curso, que deverá estar concluído dentro de 2 anos, deixa de ter validade na altura e alterá-lo leva talvez os 2 anos que o PDM tem. Se este Plano não serviu, pelos anos que já tem, nem os interesses dos privados, nem em concreto os interesses do público, é porque não será assim tão interessante e estará desatualizado. Agora pedir para ele ser alterado, investir tempo e dinheiro nisso, para depois termos um novo PDM, talvez não seja uma decisão que não fará grande sentido.-----

Há questões que são relevantes, e o Senhor Deputado Carlos Martins, faz a antítese daquilo que faz o senhor deputado João Guerreiro, que é a defesa, mas o senhor Deputado João Guerreiro, que fez a defesa da primazia da iniciativa pública, sobretudo as questões que colocou no outro dia, que essas sim fazem sentido, porque são concretas sobre equipamentos sociais e que fazem falta a esta cidade, que devem ser previstos e para os quais deve ser encontrada uma solução e que a solução que este Plano implementava não era preconizável, nem pelos privados nem pelos públicos. Tendo isso presente, o Plano pode ser muito bonito e feito por uma pessoa que diz muito a esta cidade, mas que não serviu. Revogando o Plano, volta a entrar em vigor lá o PDM e há muitas possibilidades que o Executivo a seguir pode tomar, os privados também. Vamos ver que novas oportunidades são geradas revogando o Plano e deixando de lado a demagogia.----

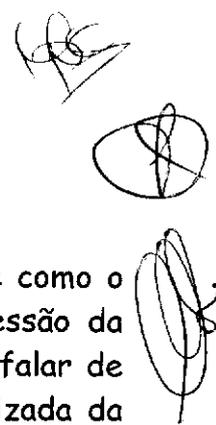
Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Guerreiro (PSD), dizendo que por uma questão de principio, e como o Senhor Deputado Socialista gosta de responder à letra, em determinadas matérias, lembrou que em matéria de demagogia, deu-nos vastas e amplas lições, no mandato do PSD, em que tomava a palavra e demorava horas na conversa e a expor questões sem qualquer tipo de teor, e logicamente que o seu estilo paternalista, nada nos ensina, nem engrandece em absolutamente nada, nem a população vem aqui tirar elações da sua pedagogia, e este Plano, naturalmente, tem dois grandes proprietários, que é a Câmara e um outro senhor que quer uma indemnização, que os Senhores sabem perfeitamente, que não querem pagar, mas não é o interesse geral da população, portanto, não venha aqui dar conversa, porque não é verdade, e deve vir para aqui fazer pedagogia séria e não vir com essa conversa, porque tem memória, e lembra-se bem daquilo que o Senhor Deputado fazia nesta Assembleia, quando o PSD era poder, todos nós nos lembramos bem, como tal, daqui o PSD não tira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

lições nenhuma, e lembrou, que efetivamente, é este Executivo que não quer fazer, por inércia, incapacidade de concretização, e não o faz por escolha própria, tem a maioria, e naturalmente as populações a seu tempo, irão fazer um juízo de valor, da competência de trabalho deste Executivo, porque até agora, não têm feito grande coisa, tendo em conta daquilo que são as necessidades, e deste Plano concretamente.-----

Pedi também a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que por vezes fica com vontade de abandonar esta Sala, porque esta chicana politica, que por vezes se faz, à volta de temas, em que todos deveríamos olhar para eles e debate-los de forma positiva, assertiva, não, utiliza-se isto para fazer demagogia politica ou chicana politica, e também acabou por ficar admirado com a posição do Bloco de Esquerda, porque realmente o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), põe aqui a questão, e parece que está em plena campanha eleitoral, e preocupado com o mês de Outubro, e nós estamos aqui numa Assembleia Municipal, na casa do poder local, dizendo que devemos ser sérios, na discussão, no debate, que deve ser objetivo, frontal, sobre estas matérias e não há dúvida de que há uma coisa que é um facto, este Plano Pormenor Loulé Sul, tem 23 anos, ou seja foi aprovado em 2006, mas começou a ser trabalhado em 1996, e obviamente que num período de 20 anos, ou até de 12 anos, obviamente que muita coisa muda, a própria conceção urbanística e de desenvolvimento, muda totalmente, há grandes mudanças, e considera-se perfeitamente enquadrável e admissível, que haja necessidade de alterar esse Plano, e respeitando os interesses dos privados, disse que, tem aqui que haver uma concertação, e se este Plano for revogado, tem que se começar a trabalhar em termos de desenvolvimento daquela área, e obviamente se há um projeto como o do ABC, e se é enquadrável, no espaço que está a ser visto, como uma perspetiva de desenvolvimento urbanístico, provavelmente o melhor caminho será este, admitindo que este seja o melhor caminho, porque também há outros equipamentos que vão para aquela zona, e na verdade, pensa que a revogação não implica que a Câmara deixe cair o desenvolvimento urbanístico de Loulé Sul, esta é uma oportunidade para se avançar no novo conceito, no novo paradigma de desenvolvimento urbano, mais consentâneo com o momento atual, e não com a situação de há 20 anos, 12 ou 13 anos, e é nesta perspetiva que acha que se deve debater esta situação, e perspetivar esta proposta que aqui é feita, de revogação, tendo em vista, que a Câmara desenvolva através de um novo Plano, enquadrado no PDM, desenvolva rapidamente aquela zona, porque necessita de desenvolve-la e disso não há dúvida.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Usou da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que como o Senhor Deputado Calçada Correia (PS) como não esteve na última Sessão da Assembleia, de certa forma tem desculpa, quando disse que temos de falar de coisas sérias, e o relatório que foi feito pela Comissão da Descentralizada da Assembleia Municipal, que foi lido e o relator foi o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), lá transmite que realmente não há oposição para que a Assembleia Municipal, delibere sobre a proposta da Câmara, e o Bloco de Esquerda, fez um relatório, e que faz questão de enviar pessoalmente ao Senhor Deputado, uma vez que não teve conhecimento dele, de várias páginas, perfeitamente documentado, com o que estava no programa, aprovado, e em relação àquilo que a Câmara queria, onde o BE diz, que a posição do BE não tem nada a ver com o ABC, aliás o BE é a favor, até provas em contrário, de que aquele projeto vai ser bom para Loulé, ou a forma, o financiamento total daquele projeto, ou a forma de gestão daquele projeto, como tal, o BE não está em campanha eleitoral, não é candidato, nesta Sala há 2 jovens candidatos, mas não é o seu caso, e o que está a aqui a falar, é de uma coisa concreta, e a Câmara tem todo o direito de fazer e aproveitar, só que não justifica como deve ser, porque não apresenta uma alternativa urbanística, não diz nessa proposta que vai fazer uma Unidade de Execução, e devia de o fazer, para resolver o problema da estrada que vai fazer, que já foi aprovada aqui uma obra nova que é exatamente a avenida que vai daquela rotunda em frente à Fonte da Pipa, na direção para o Estádio, para servir este projeto, portanto, o BE não está contra uma situação, acha é que não havia necessidade, porque o PDM está em vigor, até ser alterado, e estamos aqui a precipitar um bocado as coisas.-----

Foi dada também a palavra ao Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, dizendo que como foram ditas muitas coisas, em que algumas não correspondem inteiramente à verdade, e como acha que o Executivo atual, tem o direito de fazer o que entender relativamente a esta matéria, mas há aqui conceções diferentes daquelas que haviam anteriormente, e havia uma preocupação, como foi dito aqui, de dotar a cidade de Loulé de alguns equipamentos que faziam falta, e agora dá-se a primazia a este equipamento, que é importante para Loulé, mas havia também compromissos anteriores, com pessoas que têm lá terrenos, em que o Executivo anterior ao seu tempo, se comprometeu com o encerramento da Fábrica do Bagaço, compromissos que começaram a ser estudados, na altura, que era a ligação da avenida em frente à Fonte da Pipa, havia uma linha e uma estrada nova, com a que ligava o Continente à frente do Estádio, havia uma concessão urbanística para aquela zona, que foi muito estudada e que foi concluída no seu mandato, e não venham dizer que no período em que esteve na Câmara não foi feito nada, nestes últimos 6 anos é que não foi nada, porque no seu mandato, foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

feito o Plano, mandou executar, pagou e foram gastos muitos milhares de euros em infraestruturas, água, esgotos, vias de comunicação e aqui é que concorda inteiramente com o que o BE diz, há um investimento público, são dinheiros públicos que vão ser deitados à rua, porque poderiam ter pegado naquele Plano, e terem-no ajustado à nossa realidade, sem deita-lo completamente a baixo, para não falar nos outros Planos, porque todos os Planos que deixou, que foram 7 ou 8, todos têm sido revogados, mas claro que compete a este Executivo tomar essa decisão, e o julgamento será feito, porque as pessoas vão tendo conhecimento.---

Terminadas todas as intervenções por parte dos Senhores Deputados, para prestar esclarecimentos, foi dada a palavra à Senhora Vereadora **Heloísa Madeira**, dizendo que não queria deixar que ficasse aqui uma ideia, totalmente errada, e porque parece que os Senhores Deputados não estiveram presentes na Sessão anterior, dizendo que perdoa os que efetivamente não estiveram, e a esses vai responder às questões que não foram respondidas na Sessão anterior. Relativamente ao Plano de Quarteira Norte/Nordeste, disse que não vai ser revogado, porque não tem execução zero, tem já uma execução considerável, e tem várias propostas de licenciamento que estão em apreciação Camarária para execução.-----

Sobre a questão do Senhor Deputado Calçada Correia (PS), disse que não é intenção para já, do novo Executivo, lançar um novo Plano de Pormenor para aquela zona, até porque um processo de concretização e de aprovação de um Plano de Pormenor, demora e tarda, anos, não é algo que se faça do pé para a mão, tal como um processo de alteração ou revisão, as alterações que não tardam, são aquelas que não têm significado, porque qualquer alteração substancial de um Plano, demora muito tempo, veja-se a revisão do Plano Diretor Municipal, está em curso desde 2005, e nós estamos em 2019, e ainda não temos uma proposta e a verdade é que já passaram por cá vários Executivos, e isto é a prova que mexer em Planos, demora muito tempo, porque é um processo muito complexo, e do ponto de vista do Executivo, esta não é a forma mais adequada de agir sobre o território, e para que as coisas aconteçam, esse não é o melhor instrumento, é uma coisa para ser pensada, ponderada, e se não tem a adesão dos particulares, então é um entrave à execução da visão que os vários Executivos vão tendo para o território, e o que se pretende é concretizar, e como aqui já foi dito, o que se pretende é reabilitar toda aquela zona, e temos um projeto âncora, mas mesmo sem projeto âncora, já foi aqui dito, que a estrada, que a via, é fundamental, e vai avançar, e toda aquela zona, tem que ser requalificada, e o que a Câmara está a dizer com esta proposta de revogação, é que o Plano até agora, tem-se revelado um entrave ao desenvolvimento daquela zona, porque não tido a adesão dos particulares, que se têm manifestado contra, os equipamentos públicos que estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

lá previstos, que não passaram do papel, e só com a adesão dos particulares é que podiam passar do papel, e nós podemos sem este Plano, desenvolver para aquela zona, ou para outras, aqueles equipamentos, que estão a aparecer noutros pontos da cidade, já foi anunciada aqui, uma nova Escola em Loulé, os equipamentos, não é por estarem no Plano, que aparecem, e que resolvem problemas, não é isso, é a execução dos mesmos, e a visão urbanística deste Plano está desatualizada, não corresponde às necessidades atuais, porque foi pensado num tempo diferente, como foi dito.-----

Não havendo mais intervenções sobre esta proposta, a Senhora Presidente, passou de seguida à votação da mesma:-----

b)- **Proposta 27/2019- Deliberação relativa à Proposta de Revogação do Plano Pormenor de Loulé Sul (PPLS) e submeter à Aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º, por remissão do n.º 3 do artigo 127.º, ambos do RJIGT; [Proposta da Câmara Municipal n.º 652-2019], foi votada e aprovada por maioria, com 27 votos a favor (22 do PS, 1 voto do CDS do Deputado António Farrajota e 4 votos do PSD dos Deputados Bárbara Correia, Mário Botelho, Margarida Correia Presidenta da União de Freguesias de Querença/Tôr/Benafim e Francisco André Rodrigues, representante da Junta de Freguesia de Salir), 3 votos contra (2 do PSD dos Deputados Seruca Emídio e Ricardo Lampreia e 1 voto do BE do Deputado Carlos Martins), e 4 abstenções (3 do PSD dos Deputados Maria José Vasques, Ana Francisca Sousa e João Guerreiro e 1 voto do Deputado Independente Fernando Santos).-----**

Dando continuidade aos trabalhos, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

c)- **Apreciação da Informação relativa à Unidade de Execução - Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente; [Proposta da Câmara Municipal n.º 765-2019];-----**

Foi dada a palavra à Senhora Vereadora Heloísa Madeira, referindo que como já disse, no início e em resposta às questões que foram colocadas pelos munícipes proprietários, que se dirigiram aqui com questões, nós estamos durante o período de ponderação, após o período de discussão pública, qualquer discussão relativa a esta matéria, é um bocadinho extemporânea, e esta matéria foi largamente discutida na Sessão anterior, quer no período de resposta às intervenções do público, quer no período antes da ordem do dia, e parece-lhe completamente extemporâneo, voltar a estas matérias, quando já reafirmou, a Câmara está a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ponderar todas as participações que foram levadas ao conhecimento da Câmara, e vão tentar aproximar a proposta, tanto quanto possível, dessas participações.---

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, relativamente a esta proposta da Unidade de Execução, disse que quando olham para o preâmbulo da proposta e para os fundamentos da proposta, vêem que há dois fundamentos muito claros, e um deles é promover a oferta habitacional, e por outro lado, estabelecer uma unidade viária, que permita a acessibilidade e a mobilidade dos munícipes, e quanto à segunda, olhamos para esta unidade viária que se pretende estabelecer nesta Unidade de Execução, verifica-se que esta via urbana não tem cruzamentos, divide propriedades, onera o munícipe pelo facto da divisão da propriedade, ficar à parte nascente, ficar sem acessos, só tem uma rotunda, e outra questão que coloca algumas dúvidas, e obviamente sem qualquer interesse para não levar à frente com esta Unidade de Execução, pelo contrário, os próprios munícipes assim o afirmaram, apesar de 21 dos 31 proprietários, terem apresentado as pronúncias, todos eles dizem que não estão contra a Unidade de Execução, estão contra a Unidade de Execução no modelo em que está a querer ser implementado, e é por essas razões que o PSD vem aqui ponderar e apelar ao Executivo, para que nesta fase de estudo das pronúncias, se há necessidade de rever esta Unidade de Execução, pelas seguintes razões, no caso da via urbana, a necessidade de 21,5 metros de largura do perfil transversal, não se compreende porque é que uma via urbana vai ter esta necessidade tão grande, de largura, quando na realidade, normalmente tem 11,5 a 12 metros, também com um talude de 2,5 metros, num lado que não vai ser urbanizável, e para que tenham uma ideia, a variante norte tem cerca de 13 metros do perfil transversal, porque é que esta tem que ter 21,5 metros? Para uma via, estrada interna, não se percebe a razão, e os fundamentos desta via, também não percebe porque é que a via urbana tem valetas? Não vai ser infraestruturada? Porque é que necessita das valetas? Portanto, a fundamentação desta proposta, é baseada em dois pressupostos, um deles vai na realidade permitir a acessibilidade e a mobilidade dos munícipes, que no entender do PSD, não acolhe, atendendo ao que especificou, quanto ao primeiro pressuposto que é promover a oferta habitacional, não conseguem clarificar na proposta da Câmara, porque é que a Unidade de Execução terá que ser feita neste sitio? Existe fundamentação técnica, para ter que ser naquela zona, entre a rotunda do centro de saúde e a do MatDiver? Houve algum estudo, que imperativamente se estabelecesse aquele sitio? Porque existe necessidade de habitação, a Câmara quer, naquela zona, criar a resposta que é fraca no Município, todavia, segundo o que leu nas pronúncias dos interessados, existem em 2017, 19 loteamentos aprovados na Freguesia de S. Clemente, a maioria por aprovar, questionando se não seria mais fácil dar resposta aos pedidos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

existentes como fundamento para responder à necessidade de habitação? E quando se olha para o Plano, e se vê que haverão 5 ou 6 unidades de habitação coletiva, coexistindo também com unidades de vivendas isoladas, será que isto vai valorizar os lotes? E que tipo de habitação é que vai ser lá construída? Será habitação social? São estas as questões que se colocam, relativamente aos dois pressupostos, quer ao pressuposto da necessidade de responder a uma resposta de habitação, quer à necessidade de responder à acessibilidade, não colhe nesse sentido estes pressupostos, deverá haver com certeza outro motivo, que a Senhora Vereadora não explicitou, e que o PSD gostaria, que na realidade viesse especificado nesta Assembleia, porque certamente não são estes dois, não será de certeza a resposta à necessidade de habitação, e não será a resposta à necessidade de mobilidade, porque ambos não vão responder a nenhum dos pressupostos que a Senhora Vereadora aqui veio enunciar, sem falar nos pressupostos processuais, que aparentemente também apresentam irregularidades, e quando se fala nos pressupostos processuais e olhamos para o RJIGT, o direito à informação não foi prestado, e tal como diz o artigo 5.º do RJIGT, lendo o mesmo "...n.º 1, todos os interessados têm de ser informados sobre a elaboração, aprovação, acompanhamento, execução e a avaliação dos programas e planos territoriais", e na alínea b) do n.º 2 "...obter cópia das atas de reuniões deliberativas e certidões dos instrumentos aprovados, consultar os processos...", e nada disso consta, salvo melhor opinião, de que todos os interessados tenham acesso a essa informação, a qual a Senhora Vereadora, omitiu o direito à informação, não prestou o direito à informação, a quem tem direito a prestar, e isso dá a nulidade dos atos administrativos que a Senhora pretende fazer, portanto, não prestou o direito à informação, que é necessário aos interessados, não prestou o direito à participação e não fundamentou tecnicamente, tal como vem especificado no n.º 4 do RJIGT, e a Senhora Vereadora omitiu uma série de parâmetros, com os quais o PSD não está contente, e acha, que isto provavelmente terá consequências nefastas no património dos interessados, nomeadamente, a desvalorização dos lotes, menospreza os interesses económicos de quem cultiva lá e de quem investiu muitos milhares de euros, e investiu muitos anos da vidas dos seus pais, para poderem retirar algum contributo, e os Senhores pretendem acabar aquilo, de uma forma arbitrária, e inconsequente, com a qual o PSD não concorda, até que a Senhora Vereadora venha provar que estamos enganados.-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que sobre a Unidade de Execução, disse que achava que alguns dos Senhores Deputados, não sabem o que é a Unidade de Execução, dizendo que a Unidade de Execução é um instrumento de planeamento e ordenamento do território, previsto na legislação, embora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pouco utilizado, diferencia-se de Planos, como o Plano de Urbanização e o Plano de Pormenor, por ser mais rápido de executar, e é mais operacional que os outros Planos que referiu, e o que acontece com os Planos que referiu, é que se prevê determinados usos, equipamentos, e muitas das vezes não se executam, e a Unidade de Execução, tem um carácter mais preciso, mais objetivo e concreto, para a execução que se pretende, para o território a intervir, e desta forma, está a decorrer a fase de ponderação e a Câmara Municipal de Loulé, já recebeu muitos contributos, escritos e orais, em virtude de mais de 40 reuniões, com munícipes, alguns, mais do que uma e duas vezes, houve uma grande disponibilidade para ouvir e receber sugestões, mas nesta fase, acredita que os Serviços iram analisar tudo com atenção, e acolher todos os contributos possíveis, para que esta Unidade de Execução, possa servir aos interesses de todos os munícipes, não há nenhum interesse para que seja de outra forma, se assim fosse, não teria havido prorrogação do período de discussão pública, sugerido nesta Assembleia e acolhido pela Câmara Municipal de Loulé.-----

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), começando por dizer, que as populações mereciam um tratamento diferente, daquele dado aqui pelo PS, e por quem está a dirigir os trabalhos, também do PS, vejamos, começámos esta Assembleia, com a Senhora Presidente em exercício de funções, a aceitar uma substituição de última hora, estando já o Senhor Deputado sentado na Bancada do PS, preparadíssimo para a assumir o desígnio para o qual foi talhado esta noite, sem que as restantes Bancadas tenham dado o seu aval, eis que, por sua própria iniciativa, a Senhora Presidente em exercício de funções, pretende alterar a ordem de trabalhos, por questões práticas, práticas essas, já conhecidas no início desta Sessão, já que caso o Senhor Deputado em substituição, se tivesse mantido na Sessão, o PS teria conseguido alterar a ordem de trabalhos...-----

A Senhora Presidente, interrompeu a intervenção da Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), questionando-a sobre o que é a sua intervenção tinha a ver com o tema que se estava a discutir?-----

Respondendo à questão colocada pela Senhora Presidente, a Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), disse que esta alteração foi em total desrespeito pelos cidadãos aqui presentes, sobre este tema que estamos aqui a falar da Unidade de Execução...-----



AS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A Senhora Presidente, voltou a interromper a intervenção da Senhora Deputada Bárbara Correia (PS), dizendo que a Senhora Deputada do PSD podia continuar a sua intervenção desde que fosse dentro do tema em discussão.-----

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), que continuando a sua intervenção disse que, e portanto, esta alteração da ordem de trabalhos, seria um desrespeito pelos cidadãos aqui presentes, sobre este ponto em questão, referindo que o PSD está atento às manobras do PS, e não permitirá que brinquem com questões sérias, e sobre a Unidade de Execução, começou com uma frase de uma das intervenções feita nesta Sessão, "não estamos contra a estrada, estamos contra a forma como a querem construir", tal como o PSD, que não está contra a estrada, nem estará contra as obras, que permitam o desenvolvimento do nosso Concelho, desde que as mesmas cumpram os requisitos legais e desde que as mesmas sejam fundamentadas, de forma séria, real e objetiva. Esta Unidade de Execução, tem tido um percurso atribulado e apresentou-se com uma série de lacunas e desinformação, vejamos alguns exemplos, na questão do ambiente, questionou o Executivo se estava previsto algum pedido às Entidades competentes, uma avaliação de impacto ambiental, denominado AIA, de forma a que se avaliem os possíveis impactos ambientais significativos, decorrentes da execução deste projeto e das alternativas, que à data são existentes, de forma a compreender a viabilidade ambiental, isto porque a título de exemplo, a Unidade de Execução, divide uma serie de propriedades, deixando faixas de terreno, completamente desligadas da outra parte, sem possibilidade de acesso direto e aproveitamento, existem furos de água que os proprietários utilizam para a rega dos seus terrenos agrícolas, furos esses que irão ser destruídos, há também o abate de árvores de fruto e não só, de facto há aqui uma destruição de uma estrutura ecológica, até porque não estão a querer construir propriamente num descampado, e como tal, o PSD considera que este estudo de impacto ambiental, seria absolutamente necessário para compreender o que é que esta Unidade vai destruir, e se o interesse público se sobrepõe a esta destruição, o uso assim da existência de Entidades Externas que viabilizem esta decisão, que na sua génese, foi unilateral, já para não falar que devem ser apresentadas pelo Executivo, quais as soluções para estas privações referidas, como os furos de água, o acesso aos terrenos, quais as soluções para contornar estas situações. Segundo ponto, sobre uma eventual restrição da propriedade privada, e sobre as restrições dizer que para se prosseguir a um concreto interesse público, essa restrição deve ser adequada, o que é que isto quer dizer? Que o ato expropriativo seja idóneo, apto para a obtenção do fim público específico, que justificou de tal forma que o proprietário, crie a certeza, de que um meio coercivo da avaliação do seu direito, serve o interesse público, que é da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

comunidade, para a comunidade, e que não seria alcançado, sem esse sacrifício, preservando assim o proprietário das oscilações provocadas pelas políticas económicas seguidas pelo poder político, não transformando assim, e é isto que não queremos, a expropriação, num mero instrumento jurídico público, a servir cega e arbitrariamente as políticas urbanísticas, desprovidas de funções sociais, dito isto, esperam que o Executivo analise de uma forma séria, todos os contributos dos proprietários, as 16 participações escritas, ou das alegadas 40 reuniões, e aproveitou para dizer que lhe agradou, a abertura demonstrada pela Senhora Vereadora, para ouvir e colaborar com os proprietários, contrariamente à Sessão anterior, esperando que assim se mantenha. Numa última nota, sobre a ausência de alternativas, é verdade e foi referido, que a Unidade de Execução ainda não menciona a existência de nenhum traçado alternativo, não estando ainda, e parece muito longe disso, demonstrar que este traçado é aquele que melhor respeita as condicionantes ambientais, paisagísticas, e patrimoniais, portanto, o PSD defende e reitera, que espera que o Executivo estude e dedique o seu tempo à apresentação de soluções alternativas devidamente fundamentadas. Para terminar, disse que tinha uma questão sobre umas pronúncias, porque viu que houve vários proprietários que colocaram essa questão, que tem a ver com a avaliação das suas parcelas, na eventualidade de a expropriação avançar, e parece que estão contra o cálculo da edificabilidade, porque dizem que é baseado na área que pode ser contruída e na área que não pode, o que reduz de forma significativa o índice de construção, pelo que, solicitou um esclarecimento sobre isto, sobre estes valores, se de facto estão a ponderar alterar essas formulas de cálculo e se existem estudos de mercado para os valores apresentados.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que este processo está a decorrer nos seus tramites legais, houve uma discussão pública, as pessoas participaram, o Bloco de Esquerda também participou, a Câmara está na fase da ponderação, o que era urgente, parece que já não é tão urgente, e o que o BE tem a dizer hoje é o seguinte, não pondo em causa a necessidade desta via, CRIL, Cintura Rodoviária Interna de Loulé, entre as rotundas em causa, assim como a criação de uma nova frente, de expansão urbana da cidade, o BE julga que esta via urbana não constitui uma prioridade para a circulação rodoviária desta cidade, nem uma alternativa à Circular Norte, e que a operação urbanística, não vai dar respostas ao cumprimento do primeiro objetivo da Unidade de Execução, cita, resolver a significativa insuficiência de oferta habitacional e genericamente a oferta de lotes urbanos para edificar, e o Executivo aproveitou as virtualidades existentes neste instrumento de planeamento que ninguém sabe, para além do Senhor Deputado Abel Matinhos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

(PS), recentemente criado, aligeirado nos seus tramites, impositivo por natureza, dispensando audições e pareceres das Entidades da Tutela, retirando poderes de aprovação pela Assembleia Municipal, como órgão fiscalizador da atividade municipal, nomeadamente na área do planeamento, e a Câmara Municipal, não apresentou nenhum estudo fundamentado com base em informações credíveis, suportadas na monitorização de tráfego rodoviário, corredores alternativos, nem das necessidades habitacionais ou dos processos de loteamento aprovados e por construir na cidade, especialmente na Freguesia de S. Clemente e os pressupostos da proposta estão errados, desconhecendo a realidade socioeconómica atual deste Município, assim como das suas necessidades futuras e prioridades no domínio da oferta privada e pública de habitação, dos equipamentos coletivos, creches, jardins de infância, pré-primário, lares ou centros de dia para idosos, espaços verdes pedonais, ciclovias, parques de estacionamento e abertura de novas vias, e com o processo em curso da revisão do PDM, deveriam de ser mais inovadores, aproveitando a oportunidade, para a criação de uma nova frente da cidade, mais alargada e ponderada, agarrando a zona do ALDI, e da expansão nordeste até ao limite da zona a criar, e em suma, o Executivo Municipal, viu aqui uma boa oportunidade e decidiu mandar elaborar um projeto de fácil execução, construir uma via de comunicação em terreno plano e sem grandes obstáculos, barata, com custos económicos reduzidos, não paga os terrenos e ainda recebe um terço do terreno urbano, e criam a falsa alternativa à Circular Norte de Loulé, em termos de rede viária proposta, não é prioritária, não constitui solução para resolver o problema do trânsito existente nesta parte da cidade, que só será solucionada, com a construção de um novo troço da Circular Norte, no PDM não está definido nenhum corredor para o traçado em causa do Eixo Norte/Nascente, no Orçamento das Grandes Opções do Plano para 2019, não existe nenhuma rubrica aberta, para esta obra, somente na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 25 de Junho de 2019, foi aprovada uma Revisão ao Orçamento, que cria uma nova rubrica, pelo preço de 2 milhões e 850 mil euros, e na mesma Sessão foram aprovados os compromissos, e nesta mesma Sessão foi apreciada a Informação sobre a Atividade Municipal, onde na sua folha 40, dedicada ao Departamento de Planeamento, consta a Unidade de Execução da Circular Norte de Loulé, nesta base, o interlocutor camarário, s contactos que estabeleceu com os proprietários dos terrenos abrangidos por esta Unidade de Execução, sempre informou que era para construir a Circular Norte e se tiverem o cuidado de ler essa folha, diz lá Unidade de Execução Circular Norte, verificamos portanto que há aqui uma contradição entre a informação prestada e o objetivo. O traçado escolhido não reúne consensos, o diálogo entre os proprietários e a Câmara não tem tido grandes progressos, e se continuarmos neste caminho o processo será arrastado para a expropriação dos

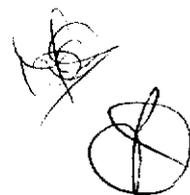


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

terrenos e para um processo moroso de litigio, que não interessa às partes e ao Município, e a pressa de apresentar trabalho até ao fim do mandato, pode criar problemas futuros e impactos muito negativos para o desenvolvimento e expansão da cidade para aquela zona. Esta via urbana é necessária para ligar a mobilidade urbana interna da cidade, mas não é importante ou prioridade para a cidade, pela ligação entre a rotunda da Afonso de Albuquerque e a saída de Querença, só que o traçado escolhido é demasiado mau para ser concretizado, sendo que em suma, os aspetos negativos são muito superiores aos positivos, e já sabemos que tem um perfil de 21,5 metros, enquanto o perfil que está aprovado para a Circular Norte tem 13 metros, e que numa distância de 1.500 metros prevê só uma rotunda, e por outro lado a sua ligação à rotunda do Centro de Saúde condiciona e altera substancialmente o desenvolvimento da Circular Norte, cujos projetos, soubemos agora, irão brevemente a Reunião de Câmara, para aprovação, dificulta também, a circulação e mobilidade de todos os utilizadores, quer em viaturas, quer a pé, não tendo em conta as vias de comunicação existentes, nestas perspetivas futuras que irão dar resposta ao Eixo da Circular Norte. O traçado cruza 3 estradas, da Pedregosa, Rua de S. Silvestre e o caminho do Olho de Água, e em todos eles não está prevista nenhuma rotunda, obrigando os utilizadores a percorrerem mais quilómetros que o habitual, com custos acrescidos no combustível e prejuízos para o ambiente, e elimina o trânsito na Estrada da Ilha Fria, prejudicando mais cidadãos, atravessa terrenos agrícolas ao meio, destruindo árvores de fruto, sistemas de rega e furos, etc., um verdadeiro atentado ambiental é o que esta proposta é, e quanto à Urbanização Adjacente, nem vale a pena falar porque aquilo não tem nada a ver com Urbanização, aquilo é um erro crasso de planeamento, e de estratégico não tem quase nada, desaproveitando as infraestruturas existentes na via. Nas sugestões, o BE acha que a Câmara deveria alargar a área de expansão, se quer criar uma nova frente para a cidade, com mais equipamentos sociais, com mais habitação de oferta pública, e tem que ter em atenção, o impacto negativo visual. Na proposta do BE a Câmara teria uma solução mais fácil, que era uma ligação entre as vias existentes, com muito menos custos, e muito menos impactos negativos, e de fácil resolução.-----

Seguidamente, a Senhora Presidente, lembrou o Senhor Deputado Carlos Martins (BE) que tinha esgotado todo o tempo, e que não teria mais tempo para a continuação da Sessão, no entanto disse que iria verificar essa situação.-----

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Hugo Nunes (PS), dizendo que regista com agrado o facto da Câmara ter alargado o processo de discussão pública, o que permitiu que os interessados tivessem mais tempo para poderem entregar as pronuncias, e registar também com muito agrado que a Câmara Municipal, vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

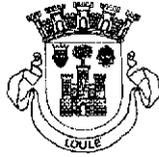
utilizar um mês para avaliar todas estas propostas e procurar a presentara melhor proposta que sirva os interesses da cidade e de todos, e tudo o que foi dito aqui hoje já está desatualizado, e a Unidade de Execução, irá ser o resultado do trabalho da ponderação, do que vier a ser proposto pelo Município, e caso seja necessário, daquilo que esta Assembleia venha a considerar sobre o interesse público da implementação dessa Unidade de Execução, nos terrenos em que não exista acordo com os proprietários, portanto, há-de haver Unidade de Execução, e ainda bem que vai haver um mês para tudo ser analisado, para se procurar encontrar a solução que menos pessoas venha a prejudicar.-----

Pediu também a palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, apenas para deixar a posição do CDS, dizendo que falta a questão principal, as prioridades deviam ter sido tidas em conta, e para o CDS, a prioridade e o que serviria melhor os Louletanos e os que vêm de fora, seria tentar concluir a Circular Sul, e com esta Circular está seguro de que se resolveria o problema da Circular Norte, porque o trânsito existe na Circular Sul e não noutra sitio.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que não partilha da opinião do Senhor Deputado Hugo Nunes (PS), e que existe uma Unidade de Execução que teve 21 pronúncias de 31 dos proprietários, com a qual o PSD acha que algo não está bem, e o PSD apenas defende o interesse dos munícipes, que aqui apresentam as suas reclamações, e o PSD não fez nenhuma imposição, apenas criou sugestões mediante as pronúncias que aqui foram apresentadas, pela incongruência dos vossos fundamentos, porque os Senhores são acérrimos defensores do ambiente, mas entretanto, os Senhores não se coíbem de abater 70 árvores, algumas delas centenárias, não se coíbem com esta Unidade de Execução de eliminar furos, não se coíbem de eliminar postos de trabalho, e rendimentos de famílias que subsistem da agricultura e isto é uma incongruência Senhor Deputado Hugo Nunes (PS).-----

Interrompendo a intervenção do Senhor Deputado do PSD, a Senhora **Presidente**, disse que a sua intervenção já não tinha a ver com a Ordem de Trabalhos e que ia encerrar a Ordem de Trabalhos porque já se tinha passado do tempo combinado, e que na Continuação da Sessão, nas alíneas seguintes, teria tempo para fazer as suas apreciações.-----

Entretanto pediu a palavra a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, dizendo que perante o que foi dito aqui, não podia deixar de intervir-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A Senhora **Presidente**, interrompeu a intervenção da Senhora Vereadora, dizendo que tinha dado por encerrada a Sessão e propôs que na próxima Sessão, de segunda-feira, iria dar tempo para se dar continuidade à discussão.-----

Interveio a Senhora Vereadora **Heloísa Madeira**, dizendo que as respostas devem ser dadas a quem ouviu e a quem fez estas interpelações, e que o Executivo não podia ficar indiferente, dizendo que iria ser muito sintética.-----

A Senhora **Presidente**, interrompeu a intervenção da Senhora Vereadora, chamando a atenção do Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), dizendo que ainda não tinha encerrado a Sessão, pedindo calma aos presentes para voltar a dar a palavra à Senhora Vereadora.-----

A Senhora Vereadora **Heloísa Madeira**, voltou a intervir dizendo que o Executivo, tal como o Senhor Deputado do PSD referiu, não vai antecipar a ponderação que está a ser feita, por muito que insistam, a ponderação vai ser feita de uma forma adequada, pensada, detalhada, para ir ao encontro das propostas que foram feitas, e como diz, isto é uma proposta de delimitação de uma Unidade de Execução, uma proposta que esteve sempre aberta, e foi isso que sempre foi dito, à participação de todos, agora é o período de ponderar essa participação, e não se vai pronunciar, porque estão em pleno processo de ponderação dessas participações. Relativamente à questão do direito à informação, e à participação, desafiou à Bancada do PSD a dizer qual foi o processo executivo, que teve tanta participação e tanta discussão pública, e tanta disponibilidade do Executivo e dos Técnicos da Câmara, para discutir um problema como este do urbanismo ou do planeamento, e voltou a desafiar a Bancada do PSD, a dizer qual foi o processo que foi mais participado e no qual houve mais disponibilidade para estarem em reuniões com todos os munícipes. Referiu que o primeiro objetivo desta proposta de delimitação de uma Unidade de Execução, é a criação de uma nova frente para a cidade de Loulé, e esse é um objetivo que contraria o interesse de alguns, o status quo, e que não interessa ao público e à cidade de Loulé, é que se mantenha todo aquele território, sem que nada aconteça, é criar ali uma nova frente de cidade, e isso é o primeiro objetivo da criação desta Unidade de Execução, e é por isso que nos vamos bater, e o não existir esta Unidade de Execução, implica o não desenvolvimento da cidade, para aquela zona do território.-----

Terminada a intervenção da Senhora Vereadora, a Senhora **Presidente**, deu por encerrada a Sessão, informando que a mesma teria continuidade na próxima segunda-feira, dia 29 de Julho, desejando a todos um bom fim de semana. E nada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

[Handwritten signatures]

